

ROSILDA GERMANO DA SILVA

**O COLÉGIO DE EDUCANDOS ARTÍFICES NO BRASIL-IMPÉRIO: AS
RAÍZES DO ENSINO PROFISSIONAL PARA AS CRIANÇAS POBRES EM
ALAGOAS (1854-1861)**

MACEIÓ/AL
2010

ROSILDA GERMANO DA SILVA

**O COLÉGIO DE EDUCANDOS ARTÍFICES NO BRASIL-IMPÉRIO: AS
RAÍZES DO ENSINO PROFISSIONAL PARA AS CRIANÇAS POBRES EM
ALAGOAS (1854-1861)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Centro de Educação da Universidade Federal de
Alagoas como requisito parcial para a obtenção do
grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria das Graças de Loiola Madeira

Maceió
2010

ROSILDA GERMANO DA SILVA

**O COLÉGIO DE EDUCANDOS ARTÍFICES NO BRASIL-IMPÉRIO: AS
RAÍZES DO ENSINO PROFISSIONAL PARA AS CRIANÇAS POBRES EM
ALAGOAS (1854-1861)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Centro de Educação da Universidade Federal de
Alagoas como requisito parcial para a obtenção do
grau de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria das Graças de Loiola Madeira – Orientadora
Universidade Federal de Alagoas

Prof. Dr. Cezar Nonato Candeias Bezerra
Universidade Federal de Alagoas

Prof^a. Dr^a Rosemeire Reis da Silva
Universidade Federal de Alagoas

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos que com o apoio e compreensão contribuíram para sua realização. Aos colegas de grupo de pesquisa, a professora Maria das Graças de Loiola Madeira por seu incentivo e pelo meu ingresso na pesquisa educacional na área de História da Educação, em especial a minha mãe, marido e filho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado força e coragem para seguir em frente em meus objetivos, aos meus pais por me proporcionar a oportunidade de estudar e por toda atenção e carinho, aos meus irmãos que estiveram ao meu lado, a Erik por sua generosa compreensão e amor em todos os momentos, ao meu filho pelos momentos de alegria e distração, as amigas pelo incentivo e força, a minha prima pela torcida, as minhas companheiras do grupo de pesquisa que ajudaram nas horas difíceis dividindo os prazeres do mofo e da poeira no Instituto Histórico e do Arquivo Público, aos funcionários do Instituto Histórico e do Arquivo Público de Alagoas pela ajuda na localização e disponibilização dos documentos, aos professores que contribuíram para a minha formação em especial ao incentivo da minha orientadora a professora Graça Loiola que se mostrou sempre paciente, dedicada e atenciosa.

O passado é, por definição, um dado que coisa alguma pode modificar. Mas o conhecimento do passado é coisa em progresso, que ininterruptamente se transforma e se aperfeiçoa.

Marc Bloch.

RESUMO

Este trabalho versa a respeito do Colégio de Educandos Artífices, instituição criada em Maceió, no ano de 1854, seguindo até 1861, quando foi extinto. A intenção era abrigar e ensinar primeiras letras, música e ofício a crianças órfãs desvalidas do sexo masculino, com idade entre sete e 12 anos. Neste estudo buscamos analisar a institucionalização do ensino de ofícios no Estado de Alagoas, bem como o papel da instrução na pretensão de transformar crianças desvalidas em cidadãos civilizados, úteis e obedientes ao estado. Para os intelectuais e a elite da época a infância representava o futuro da nação, portanto, havia necessidade de se criar mecanismos de manutenção da ordem que protegessem a criança, precisamente a criança pobre, dos perigos que pudessem desviá-la do caminho da disciplina e do trabalho. Este estudo foi realizado por meio do contato com os jornais do século XIX, publicados em Maceió, em especial, o jornal *Diário das Alagoas*, com manuscritos referentes ao Colégio de Educandos Artífices, pertencentes ao Arquivo Público do Estado e ao Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, relatórios dos presidentes da província alagoana e com o apoio das obras literárias de autores que tratam do tema.

Palavras-chave: Colégio de Educandos Artífices – Império – ensino profissional – infância desvalida – Alagoas – Instituições Escolares

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
A escolha do tema e as dificuldades na localização dos vestígios.....	11
Procedimentos Metodológicos.....	13
I CAPÍTULO	
A CRIANÇA POBRE E A FORMAÇÃO DO ESTADO CIVILIZADO.....	18
1.1 A infância como objeto de investigação.....	18
1.2 Instruir a criança pobre para “salvar a nação”.....	20
1.3 A infância desvalida dos Oitocentos.....	22
II CAPÍTULO	
AS CASAS DE EDUCANDOS ATÍFICES DO IMPÉRIO: UM REFERÊNCIAL PARA ALAGOAS.....	27
2.1 Aspectos do ensino profissional.....	27
2.2 Instituições de Educandos Artífices criadas no Império.....	29
III CAPÍTULO	
3.1 Breves considerações a respeito da organização da instrução na província alagoana.....	38
3.2 O Colégio de Educandos Artífices de Alagoas: os percalços de uma trajetória.....	42
3.3 Tratamento das enfermidades que acometiam os educandos.....	49
3.4 Disciplina e obediência no Colégio de Educandos Artífices.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	61

INTRODUÇÃO

Nas primeiras décadas do século XIX observa-se um forte vínculo entre instrução e assistência ambas empenhadas tanto no controle social por meio da educação voltada para o trabalho quanto pela necessidade de civilização do povo por meio da difusão dos valores morais. Desta maneira a educação voltada para a população pobre, a fim de prevenir males futuros, esteve profundamente associada à formação profissional como ferramenta para moldar e controlar o povo (FONCECA, 2009, p. 101). Para a elite da época, a educação seria o melhor meio para civilizar as crianças e jovens que se encontravam em extremo estado de pobreza, portanto, a ideia de educação deveria estar acoplada ao ensino profissional.

O foco desta pesquisa é sobre o ensino de ofícios no Império em Alagoas tendo como propósito recuperar vestígios documentais da história daquela modalidade de ensino em uma instituição fundada em Maceió na década de 1850, a qual recebeu o nome de Colégio de Educandos Artífices (1854-1861). Ela era voltada para instrução elementar e formação profissional de crianças desvalidas que se encontrassem mendigando pelas ruas em extremo estado de pobreza.

Para atingir o objetivo deste trabalho pretendemos captar as definições de um modelo de formação da criança pobre do Império, assim como as finalidades para as quais as instituições foram criadas. Para responder a estas indagações lançamos mão das fontes localizadas nos acervos do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e no Arquivo Público deste estado. Desde 2006 procedemos a esta investigação e após três anos, nos deparamos com um número reduzido de indícios ou fontes relacionadas a instituições. Das poucas fontes localizadas podemos citar aquelas vinculadas ao jornal Diário das Alagoas, cuja circulação se deu em Maceió a partir de março de 1858. Com relação a documentos oficiais, localizamos no Arquivo Público do Estado de Alagoas, relatórios elaborados pelos diretores do Colégio de Educandos Artífices, a exemplo de João Belarmino dos Santos e o Padre Getulio Augusto Vespasiano da Costa. Para a composição do trabalho algumas referências teórico-metodológicas nos serviram de apoio, principalmente as que estão relacionadas à infância desvalida e os que elaboraram análises sobre a educação no século XIX, a saber, Cunha (2005), Rizzini (2004), Moacyr (1939), Gondra & Schueler (2008), Craveiro Costa (1931) e Castro (2007).

A literatura nacional sobre o tema expressada, sobretudo, nos escritos de Cunha (2005) dá conta de que a criação de tais instituições fez parte de um lastro maior da política do Império brasileiro voltada para a assistência de crianças pobres e órfãs, adultos pobres, doentes e loucos. Nesse conjunto pode-se destacar a criação dos asilos, dos orfanatos, das santas casas de Misericórdia e das escolas de ofício, por exemplo, que serviram como idealizadoras de um país que se pretendia moderno. As escolas de ofício passaram a simbolizar investimentos numa educação sintonizada com a época ditada pelos padrões estrangeiros, tanto europeu quanto americano, corporificados no ensino pragmático, capaz de formar sujeitos úteis para aquele projeto social pretendido. Entendo que é de grande importância o estudo dessas instituições, tendo em vista que a história da educação brasileira tradicionalmente pouco tem contemplado a educação voltada para os ofícios no Império, época em que se sobressaem os discursos em torno do ensino utilitário, das lições de coisas, do ensino intuitivo. Esta postura dos pesquisadores colaborou para o espaço vazio na história da educação profissional de Alagoas e do Brasil. Nos atuais estudos marcados pela renovação historiográfica, as fontes relacionadas a sujeitos marginalizados socialmente e de pouca visibilidade política, como lembra Sávio de Almeida (2004), passaram a ter mais atenção nas publicações mais recentes, como vimos em Marcílio (1998), Rizzini (2008) e o trabalho organizado por Del Priore (2004).

A princípio escrever sobre o ensino profissional não é tarefa fácil, pois até pouco tempo temas como trabalho, aprendizes e mestres de ofício não eram enquadrados no campo dos estudos relacionados à escolarização, conforme ressalta Cunha (2005):

Para as classes dirigentes e seus intelectuais, nem mesmo pode ser considerada educação – ao menos uma educação autêntica – a que se desenvolve nas inóspitas oficinas, sujando-se as mãos na produção de objetos materiais com finalidades utilitárias. (p.1).

A escola como lugar de acesso a um saber nobre não deveria se misturar ao trabalho, tido historicamente como atividade desonrosa. Tal circunstância é de conhecimento dos historiadores da educação, uma vez que os próprios educadores, como comenta Cunha (2005), parecem dar preferência a educação escolar pelas quais eles mesmos passaram. Este olhar privilegiado para o âmbito escolar revela também uma concepção de educação apenas modelada por aquela instituição, pautada no ensino livresco e abstrato, de pouca reflexão com os processos relacionados à vida humana. A educação brasileira historicamente caminhou pelos extremos que iam da educação livresca, para a elite, e a educação de ofícios para os filhos dos pobres. A educação

destinada aos pobres estava prioritariamente voltada para o aprendizado de ofícios mecânicos, embora eles também fossem levados a aprender a ler escrever e contar. Segundo Fonseca (2009)

O ensino de primeiras letras visava fundamentalmente facilitar o aprendizado da doutrina, sem implicar na criação de possibilidades de ascensão social pela educação. Por isso, sobressaía a solução da educação profissional, do aprendizado de ofícios mecânicos, que pudessem servir de ocupação e sustento para essa população. (p. 101).

Os espaços de formação incorporados na aprendizagem de um ofício possivelmente tiveram um lastro de maior expressividade tanto no cultivo de valores sociais, como na promoção de sua sobrevivência. Entretanto, historicamente os intelectuais brasileiros consideravam como verdadeira educação apenas aquela na qual o conhecimento era assimilado por intermédio dos livros ou nos bancos das academias. Vale lembrar que o descaso pelos “ofícios mecânicos” vem desde a época do Brasil - Colônia, quando a mão de obra era escrava. Tal fato fazia com que os homens livres desprezassem esse tipo de atividade por considerar “coisa de escravo”, de acordo com Cunha (2005):

Desde o início da colonização do Brasil, as relações escravistas de produção afastaram a força de trabalho livre do artesanato e da manufatura. O emprego de escravo, como carpinteiros, ferreiros, pedreiros, tecelões etc. afugentava os trabalhadores livres dessas atividades, empenhados todos em se diferenciar do escravo. Ou seja: homens livres se afastavam do trabalho manual para não deixar dúvidas quanto a sua condição, esforçando-se para eliminar as ambiguidades de classificação social. (p. 2).

Este fenômeno irá se estender para o Império, para o qual terá consenso até pelo menos os anos de 1870. A partir daquela década com as propostas republicanas e abolicionistas se tentará inverter tal discurso. Com isso a aprendizagem de ofícios acabou sendo imposta a quem não tinha como resistir, ou seja, os órfãos, abandonados, miseráveis etc. Isso faria com que crescesse ainda mais o pouco valor dado a esse tipo de aprendizagem, destinada apenas aos escravos. Para os homens livres da elite, parecia afrontar sua dignidade e honra nos espaços sociais mais íntimos e mais largos exercer algum tipo de atividade manual. Um dos elementos apontados por Azevedo (1976, p.82) que contribuiu na desvalorização dos trabalhos manuais, foi o longo período do regime escravocrata vivido no país. Tais atividades não geravam nesses homens nenhum tipo de estímulo para que eles quisessem exercê-las. Este fato é explicável pelo tipo de

organização social da época, numa sociedade escravista, onde a necessidade de trabalhar representava o limite da pobreza. Deparando-se com essa situação o governo imperial via-se obrigado a construir uma nova ideologia para o trabalho. Era preciso que este fosse reconhecido pela sociedade como indispensável para o crescimento da nação. Portanto, era necessário se criar mecanismos eficazes que pudessem normatizar a sociedade e promover a ordem pública tão necessária para se constituir um novo modelo político, representado pela República. Como forma de resolver o problema os gestores públicos passaram a desenvolver ações que tinham como finalidade atender às necessidades do mercado de trabalho. Para a consolidação dessas ações os administradores locais defendem a ideia da educação como meio mais eficaz para civilizar a população pobre, especificamente a criança, essa educação deveria estar ligada a formação profissional.

Portanto, este estudo sobre criação e desenvolvimento do Colégio dos Educandos Artífices de Alagoas está desdobrado em três capítulos. No primeiro capítulo o texto abordará o papel da instrução na pretensão de transformar crianças desvalidas em cidadãos civilizados, úteis ao estado. O segundo capítulo tratará da criação das casas de Educandos Artífices em algumas das províncias brasileiras, com destaque para o que fora implantado e desdobrado naqueles espaços educativos. E por fim, no último capítulo, desdobrarei a criação e finalidade do Colégio de Educandos Artífices de Alagoas e o cotidiano das crianças órfãs atendidas pela instituição alagoana, conforme os vestígios localizados nos acervos consultados.

A escolha do tema e as dificuldades na localização dos vestígios.

O interesse em trabalhar com este tema surgiu quando ingressei no grupo de pesquisa CAMINHOS DA EDUCAÇÃO EM ALAGOAS¹, no decorrer do trabalho de pesquisa deparei-me com uma lacuna existente no que concerne a história da educação voltada para a criança pobre e desvalida no estado de Alagoas. Ao longo da investigação na qual tive contato com o jornal *Diário da Alagoas* localizei algumas notícias relacionadas ao Colégio de Educandos Artífices, informando que a instituição oferecia o ensino de primeiras letras e de ofícios para crianças órfãs. A curiosidade em conhecer o que perpassava no interior daquela instituição, quem eram e como viviam aquelas

¹ O grupo vem desenvolvendo, desde 2004, um projeto de pesquisa a respeito da história da educação alagoana, tendo como fonte os jornais do século XIX e XX. A pesquisa compreende o período entre 1850 a 1950.

crianças por ela assistida acompanhou-me durante todo tempo em que consultei a Hemeroteca do Instituto Histórico e o Arquivo Público do estado. No princípio parecia uma aventura, por ainda não entender sobre o processo de composição de uma temática, com base em pequenos fragmentos jornalísticos do Império. Com o passar do tempo aquelas folhas amareladas e cheirando a mofo foram se revelando em verdadeiros tesouros, por se articular com elementos postos na literatura geral a respeito da temática.

Ter encontrado vestígios que tratavam da instituição instigou-me a prosseguir por este caminho, mesmo sabendo das dificuldades de se desenvolver pesquisa sobre tal tema nos Oitocentos, em especial, pelo reduzido número de fontes disponíveis, locais inadequados para a pesquisa – insalubres –, e com condições precárias de conservação do acervo, o que tornava a consulta por inúmeras vezes inacessível. Castro (2007) comenta que:

Os documentos manuscritos e impressos armazenados nesses lugares contribuem para o resgate de memórias perdidas em papéis nem sempre conservados, trazendo fragmentos de informação corroídas pelo tempo e assim dificultando a montagem de um *corpus* textual sobre o conjunto de práticas e saberes construídos por homens e mulheres do passado. (p. 20).

Muitos dos jornais consultados na busca por vestígios do objeto investigado já se encontravam com algumas de suas páginas arrancadas, cortadas ou riscadas, impossibilitando assim o entendimento das informações neles contida. Nos relatórios do Colégio de Educandos Artífices² as dificuldades não cessaram, tanto pelo fato de ser um material manuscrito quanto por ter várias partes esfaceladas pelo tempo e pelo mau manuseio. Por vezes nos relatórios já mencionados deparei-me com escritos importantes relacionadas ao objeto de estudo, mas não se conseguia concluir porque parte dela se achava quebrada ou manchada pela tinta.

No decorrer da investigação historiográfica entendi que o pesquisador, além de ter domínio da literatura já constituída a respeito e dedicação ao ofício, precisa ser paciente e persistente para não desistir de sua procura, por mais cansativo que seja, pois essa busca tem duração indefinida. “A pesquisa é um árduo trabalho nem sempre devidamente recompensado, mas é digno ofício humano” (TOLEDO E GIMENES, 2009, p. 123). Localizar um pequeno fragmento a respeito já é uma grande recompensa. O trabalho de

² Os documentos referentes aos relatórios dos diretores do Colégio de Educandos Artífices de Alagoas encaminhados para os presidentes da província, por terem as folhas soltas e alguns sem numeração, terão as citações diretas identificadas com os sobrenomes e o ano da fonte, por exemplo (BELARMINO, 1854; MENDONÇA, 1860).

garimpagem de fontes é lento e exige longo tempo de dedicação. Sua satisfação só é sentida pelo “garimpeiro que encontra um veio novo” em seu caminho (GARCEZ, 2009, p. 18).

A pesquisa nos arquivos por vezes parecia um imenso quebra-cabeça no qual as minúsculas peças foram localizadas nas caixas e jornais do Instituto Histórico e Arquivo Público de Alagoas. Os relatórios de Presidentes da Província foi outra fonte de investigação importante, uma vez que o pesquisador não deve seguir apenas um caminho para entender seu objeto de estudo. O uso de fontes mais diversas ajuda a complementar as informações e enriquecer o entendimento do objeto estudado.

Tentar reconstituir o cotidiano de instituições desse período mostra-se como tarefa desafiadora tanto pelo distanciamento no tempo quanto pelas mudanças ocorridas do ponto de vista educacional, político, econômico e cultural. Esta pesquisa nos permitiu entender mais a respeito da educação profissional oferecida às crianças pobres no século XIX dentro do contexto alagoano. Como antecipamos os trabalhos relacionados ao tema vêm crescendo de maneira significativa nos estados brasileiros que tiveram em seu contexto histórico o ensino de ofícios ofertados pelos colégios de educandos artífices, no sentido de preencher as lacunas existentes sobre este assunto. Como exemplo, temos o trabalho de Rizzini (2004) o qual dar visibilidade a instrução primária e aos internatos de ensino profissional na Amazônia Imperial. Outro estudo foi feito por Lima (2008) acerca da infância desvalida no Colégio de Educandos Artífices da Paraíba e Castro (2007) que forneceu um levantamento e análise das fontes dessas instituições no Império e mais detalhadamente sobre a Casa de Educandos Artífices do Maranhão.

Trazer à tona a história dessas instituições é uma forma de compreender mais cuidadosamente os sistemas de controle que o Estado patrocinava para a formação da infância desvalida no Brasil e conseqüentemente de Alagoas.

Procedimentos metodológicos

O presente estudo foi baseado em pesquisa documental utilizando como fonte os periódicos alagoanos, relatórios dos presidentes da província alagoana e relatórios da administração do Colégio de Educandos Artífices. A escolha das fontes documentais escritas deve-se ao fato de que sobre o período em estudo não há muitas opções de tipos variados de fontes. Deste modo a fonte escrita é a que mais se aproxima da época em

estudo e por elas ser de grande importância para historiografia da educação. Outra razão para sua escolha foi que

O jornal condensa relatos sobre acontecimentos os mais variados que se referem, de modo especial, a um ordenamento material e simbólico daquela cidade em que é escrito. Além disso ele não se limita a registrar os acontecimentos locais, pois tende a trazer para os leitores daquela cidade notícias de outras localidades, contendo uma noção de espacialidade, que traduza em linguagem político-administrativa, típica de processos de edificação republicana como o nosso, cresce da esfera municipal à estadual, chegando a abarcar a nação e o plano internacional, sem descuidar de unidades menores como bairros, distritos, bicos e lugares mais ermos.(CAVALCANTE, 2002, p. 2-3)

No entanto, vale salientar que os documentos escritos não são as únicas fontes de relevância para a pesquisa historiográfica. A partir da leitura destes documentos, começamos compreender o que estava nas entrelinhas do que divulgavam os jornais que circularam em Alagoas naquele período. Neste sentido, a forma como a notícia chega ao leitor acaba tendo tanta importância quanto o conteúdo veiculado. Nos atuais estudos historiográficos não há mais como desmembrar um do outro, haja vista a importância de se localizar de qual lugar social se fala e se escreve.

As matérias jornalísticas mais utilizadas na realização deste trabalho constam no Diário das Alagoas, primeiro jornal a circular diariamente em Maceió (1858-1892). Este periódico passou por várias fases, divulgando com frequência informações que podem ajudar o pesquisador a traçar os caminhos sobre o ensino em Alagoas seja de primeiras letras, secundário ou, como é o nosso caso, de ofícios. Em algumas fases aliou-se ao governo provincial e em outras fez oposição. Tal periódico poderia ser classificado como um dos mais conservadores e escravagistas a circular em Maceió nos Oitocentos. Diariamente publicava o expediente administrativo do governo provincial, atribuição que mais tarde seria dada ao Diário Oficial. Nessas circunstâncias, o Colégio de Educandos Artífices passou a merecer atenção diária daquele impresso, com um conteúdo que nos chegava por meio de correspondências, portarias, requerimentos, ofícios, despachos, comunicados, portanto, de pequeno conteúdo escrito e de cunho oficial. Alguns fragmentos de notícias foram encontrados em outros jornais, de modo muito esparso, mas que ajudaram na confrontação de informações.

Por meio das consultas aos jornais e aos relatórios dos administradores do Colégio de Educandos Artífices comecei a compreender que o trabalho com este tipo de fonte

levava a uma aproximação com a fala dos sujeitos da época. A sensação é de estar muito próxima ao passado. Assim como lembra Cavalcante (2002):

O próprio ato de folhear um jornal de época me parecia ter o efeito de criar um vínculo testemunhal ou vivencial com os acontecimentos ali narrados. O amarelecido das folhas e o bolor empoeirado nelas inscritos pelo tempo como que deixava pouco a pouco de incomodar e eram substituídos pela surpreendente impressão de ver renascer pessoas e acontecimentos, em princípio, tão apartados de uma leitora egressa do futuro (p.6).

A partir de então iniciei a estruturação do meu trabalho de conclusão de curso. É importante lembrar que, proporciona-me prazer trabalhar com jornais, por ele ser uma fonte capaz de reconstruir o cotidiano do passado e nos permitir perceber as continuidades e descontinuidades vividas, no entanto algumas dificuldades devem ser registradas, sobre as quais já antecipei, como o estado de degeneração da maioria dos periódicos impressos em papel desgastado pelo tempo. Um leve manuseio é o suficiente para quebrá-lo. Desta forma faz-se necessário entender que

Tais preciosidades documentais exigem manuseio doce e cauteloso, sem pressa e, em alguns casos recorrendo a lupas para desvendar riscos, palavras, nomes e datas, ou usando luvas para não contaminarmos o que o tempo havia condenado (CASTRO, 2007, p. 22).

A brevidade das notícias relacionadas ao tema e a linguagem da época pesquisada também se mostram como desafios para quem escolheu percorrer por este caminho. Com o passar do tempo comecei a perceber que o trabalho de pesquisa historiográfica exige do pesquisador um olhar metuculoso para que os pequenos detalhes não passem despercebidos, pois “ao tomarmos as fontes históricas, devemos compreender que elas trazem as marcas, intenções e as visões de mundo de quem escreveu [...]” (CASTRO, 2007,p.21). Entendemos que tais fontes apresentam algumas particularidades, como a brevidade do registro e, ao mesmo tempo, a variedade de informações como lembra António Nóvoa (2002, p.13) sobre a natureza dessa fonte:

Estamos, na maior parte das vezes, perante reflexões muito próximas do acontecimento, que permitam construir uma ligação entre as orientações emanadas do Estado e as práticas efetivas na sala de aula. Apesar da diversidade da imprensa, pode afirmar-se que os escritos jornalísticos se definem pelo seu carácter fugaz e imediato, inscrevendo-se frequentemente numa lógica de reação a acontecimentos ou a idéias, a normas legais ou a situações políticas.

Por ter esse traço fugaz e imediato das informações, a fonte jornalística exige atenção para o curto tempo das notícias e o tempo macro de uma dada época do passado. O curto tempo das notícias só se alarga quando o pesquisador aciona sua bagagem de conhecimentos e leituras que lhe permitam recorrer sempre que se fizer necessário, e estabelecer a sua grade de correspondência (PESAVENTO, 2005). Esses rápidos registros poderão ganhar em importância como testemunho da experiência humana de uma dada época, desde que o pesquisador se utilize de outros rastros, como a memória oral, os documentos oficiais, os registros de instituições, a literatura, a fotografia, a documentação de ordem privada, as biografias, os livros didáticos, os dados estatísticos, entre outras. Trabalhar com um conjunto tão diversificado de registro, sendo um campo ainda pouco explorado, tem levado o historiador a abrir a própria trilha (VIEIRA, 1991). Seus ganhos estão no fato de a fonte jornalística ter um traço polêmico, além de oferecer ao leitor uma larga leitura do contexto estudado, neste caso desde 1854 a 1861, esta leitura pode ser feita do ponto de vista educacional, social, econômico, geográfico, político, linguístico, até o literário etc. Ao contrário do que se supõe, os fragmentos ou achados históricos em circulação nos jornais oferecem, paradoxalmente, o conjunto que lhe falta, desfazendo o conceito de que tais fragmentos apresentem a história em forma de relampejos ou de congelamento. No campo pedagógico, quando esses fragmentos são articulados e confrontados, põe em movimento o cotidiano de instituições escolares, de ideias e práticas educacionais, expondo detalhes que poderão dar forma concreta ao passado. Mas que só serão compreendidos se o pesquisador tiver um amplo repertório cultural ou cultivar uma bagagem prévia que lhe dê mais firmeza ao abordar as temáticas. Afinal, o fenômeno educativo é atravessado por temas como a política, a religião, a cultura, a economia, a moral, entre outros³.

Entendo que pesquisar sobre a educação alagoana do século XIX nos dar oportunidade de conhecer mais a respeito de nossa própria história, cujo teor ainda se encontra com número reduzido de informações, sobretudo quando se trata da educação voltada para a população carente. Além disso, o estudo dessas instituições de educação, voltadas para o ensino de ofício, dá possibilidades de entender mais a respeito da educação oferecida as crianças pobres dentro do contexto político e cultural de Alagoas. Ao tentarmos reconstruir este momento da história dessas instituições acreditamos estar

³ GERMANO E SANTOS, 2008.

contribuindo para a ampliação da história da educação em Alagoas ajudando a elaborar um perfil histórico da educação no Estado.

Para fundamentar esta pesquisa tivemos o apoio de leituras como *Educação poder e sociedade* (2008) de Gondra & Schueler, *O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata* (2005) de Luiz Antônio Cunha. Nesta obra o autor dar maior visibilidade ao ensino manufactureiro, tendo em vista que os pesquisadores da educação se ocuparam mais com a educação da elite do que com a educação popular. *O cidadão polido e o selvagem: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial* (2004), de Irma Rizzini, *A instrução e as províncias: subsídios para a História da educação no Brasil* (1939), de Primitivo Moacyr, e “Cem anos de Jornalismo” (1931), do alagoano Craveiro Costa. Outras obras também foram incorporadas para fundamentação deste trabalho como a *Infância e trabalho no maranhão provincial: Uma história da Casa de Educandos Artífices (1841-1889)* (2007) de César Augusto Castro e *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil* (2008), de Irene Rizzini. Tais obras foram fundamentais para entender o funcionamento do Colégio de Educandos Artífices bem como a criança pobre dentro da Província de Alagoas. Outros artigos e obras foram incorporados durante a elaboração do texto.

CAPÍTULO I

A FORMAÇÃO DA CRIANÇA POBRE PARA UM ESTADO CIVILIZADO

1.1 A infância como objeto de investigação

Os estudos que tomam a infância como objeto de investigação no campo da história, têm sido elaborados por um número cada vez mais crescente de pesquisadores. Na década de 20 do século XX Walter Benjamin (1928), em sua obra *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*, dedicava-se ao tema, analisando brinquedos e livros infantis. Com Philippe Ariès uma nova perspectiva da construção histórica da diferença entre o universo adulto e o infantil é apontado, para Boto (2002) é no estudo feito pelo autor, nos anos 60, com o livro intitulado *História social da criança e da família*, que o tema passou a ter mais relevância por ser o primeiro a desenvolver sistematicamente estudos sobre a história da infância no Ocidente. De acordo com Jinzenji (2002):

Ariès nos revela a historicidade desse entendimento ao investigar momentos históricos em que as crianças eram diferenciadas dos adultos apenas pela estatura, ou em que a morte de um filho era percebida com “tolerância” e até mesmo com um sentimento próximo à indiferença, reações essas praticamente impensáveis nos dias de hoje. (p.18).

A criança seria, no estudo do pesquisador, “pouco a pouco, reconhecida em especificidades que são suas, passaria a ser observada, paparicada, mimada e finalmente amada” Boto (2002, p.12).

Os estudos feitos por Ariès foram e continuam sendo, muito importante para o desenvolvimento de novas pesquisas. No Brasil muito também tem sido produzido a respeito do tema, Irma Rizzini fez um levantamento e mostrou que na década de 1980, 38 estudos foram elaborados, dentre os quais se encontram artigos, teses e dissertações. Já em 1990 foram registradas 160 produções (Rizzini & Fonseca, 2001). O trabalho organizado por Del Priore (2004) acerca da criança e da infância, de acordo com Lima (2008) buscou construir uma história das crianças no Brasil sob a óptica dos adultos não se limitando relatar seu lado trágico, mas analisando os aspectos que permearam a vida cotidiana desses pequenos.

Como adiantamos tais trabalhos têm contribuído para dar uma maior visibilidade aos processos sociais de formação das diferentes infâncias brasileiras.

O pensamento ocidental do século XVII também deixou sua contribuição para se entender a concepção de criança e de infância. Para o inglês J. Locke o homem quando nasce é “tábula rasa” e o conhecimento humano principia, necessariamente, com a experiência sensível (OLIVEIRA e GHIGGI, 1995, P. 22). A melhor forma de concretizar essa proposta era a formação de hábitos na criança, a qual era considerada uma folha em branco e maleável. Locke foi um dos primeiros estudiosos a reconhecer teoricamente que os castigos físicos aplicados as crianças deveriam ser substituídos por outros. Cambi (1999, p. 316) lembra que “[...] Locke teórico da tolerância move uma constante e dura polêmica contra o autoritarismo e as punições corporais como métodos educativos, exaltando, em compensação, os princípios da liberdade e da autonomia dos educandos”.

No século XVIII Rousseau traz subsídios para a concepção de criança ao atribuir importância a educação para construção da infância.

“Moldam-se as plantas pela cultura, e os homens pela educação” [...] nascemos fracos, precisamos de força; nascemos carentes, precisamos de assistência; nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo que não temos ao nascer e de que precisamos quando grandes nos é dado pela educação. (ROUSSEAU, 2004, p. 8-9).

Para Rousseau todos os seres nascem naturalmente puros e é preciso ensinamentos para que possa se tornar homens capazes de organizar a sua vida bem como contribuir com a sociedade em que vivem. No pensamento de Pestalozzi a educação deveria desenvolver o homem de forma harmoniosa, assim como Rousseau, acreditava que “a criança já tinha em si todas as faculdades da natureza humana e a compara a “um botão que ainda não se abriu, mas quando se abre cada pétala se expande e nenhuma permanece em seu interior [...]” (CAMBI, 1999, p.419) desta forma deveria ser o “processo da educação.” A formação espiritual do homem deveria estar associada à educação moral, espiritual e profissional.

Já no início do século XIX, a proteção das crianças girava em torno do recolhimento de crianças órfãs de rua para casas específicas. Essa iniciativa era tanto de cunho religioso, quanto de iniciativas privadas. “Esse tipo de assistencialismo, de caráter caritativo, fundava-se mais na “intuição”, do que em um projeto estruturado”. (MARCÍLIO, 1998, p. 184). Segundo a autora a criação das Casas de Educandos Artífices representou o primeiro passo na tentativa de projetos para assistência de crianças. Neste capítulo buscamos identificar as formas pelas quais as crianças pobres foram inseridas no processo civilizatório do país pela via da instrução.

1.2 Instruir a criança pobre para “salvar a nação”

A consolidação da Revolução Industrial, ocorrida no século XVIII, abriu uma perspectiva de desenvolvimento para os países ligados por relações de comércio às Nações da Europa Ocidental. A ideologia liberal burguesa se consagrou como vencedora tornando-se o modelo europeu de progresso e civilização e foi se constituindo como um espelho para muitos países, dentre eles o Brasil. A Revolução Francesa (1789) elaborou o programa educativo nessas bases que passou a vigorar a partir do século XIX. Neste enredo a instrução pública elementar ocupou um espaço privilegiado dentro do projeto conservador para a sociedade brasileira do século XIX. Ela servia como elo entre a teoria e a prática da lógica conservadora. A instrução era responsável – ou deveria ser – pela colocação do Império brasileiro ao lado das Nações civilizadas. (CASTANHA, 1999) lembra que instruir “todas as classes” era, pois o ato de difusão das luzes que permitiam romper as trevas que caracterizavam o passado colonial. Tornava-se necessário superar a desordem das ruas e impor ordenamento aos espaços urbanos, buscando disciplinar e conscientizar a população principalmente a pobre para um novo jeito de viver, o qual giraria em torno da ordem, do trabalho, da higiene e do regramento moral. Neste projeto

Muitos bacharéis, políticos, literatos, médicos e religiosos abraçaram a causa da instrução no século XIX. Para eles, a instrução como necessidade se encontrava pautada pelo modo como liam e/ou testemunhavam as experiências de parte da Europa e América. Invertendo a direção, a descrição do país e costumes de seu povo, feita por viajantes estrangeiros, também forneceu chave para ler o Brasil. (GONDRA & SCHUELER, 2008, p. 270).

O discurso dos médicos ou higienistas, como eram chamados na época, também seguiam pelo viés da formação da população e pretendiam organizar as cidades de forma a retirar dela seus aspectos insalubres que causavam certo “mal-estar social”. Esse novo modo de vida passou a interferir nos espaços urbanos com uma mudança de toda estrutura física das cidades, sendo a escola um de seus principais componentes. Para os higienistas o ambiente familiar deveria seguir nos rumos das modificações para que se criassem nas crianças os hábitos de higiene, pois ao chegar à escola estas já deveriam estar com essa mentalidade. Gondra (2000) nos mostra que “(...) para formar as novas gerações seria necessário uma intervenção não apenas no espaço público da escola, mas, também, no espaço privado da casa”. Para Rizzini (2008) “A forte influência da medicina é uma característica muito presente no contexto do século XIX, originária do longo processo de

desenvolvimento da medicina higienista europeia. Desta maneira, observamos que a escola, na época pesquisada, estava intrinsecamente ligada à medicina, pelo viés do discurso higienista, assim como dos bacharéis.

Outras instituições também serviram para ampliação e difusão deste projeto entre as camadas populares.

Além da instrução primária as instituições oficiais, como institutos e colônias de formação de artífices e de trabalhadores agrícolas, e os asilos para educação feminina, se inserem no projeto de formação do povo brasileiro (os cidadãos) e sofrerão intenso processo de regulamentação de seu funcionamento, nas minúcias de seu dia a dia (RIZZINI, 2004. p.27).

Era preciso disciplinar crianças e jovens para torná-los cidadãos úteis e obedientes a Deus e ao Estado. Eram as luzes sobre a população pobre que traziam para o Brasil o progresso das nações civilizadas. A educação tornava-se uma prioridade tanto para os conservadores quanto para liberais. Salvar as crianças e retirá-las do estado de barbárie no qual se encontravam era a tarefa principal. Elas deveriam ser moldadas e disciplinadas, retiradas das ruas onde os vícios e o espectro da criminalidade pairavam. “A imagem da criança como barro a ser moldado, para o bem ou para o mal, prestava-se para justificar a necessidade de investir em sua educação”. (RIZZINI, 2008, p. 98), sob a luz do pensamento de Locke. O significado social da infância encontra-se reduzido na perspectiva de moldá-la de acordo com o projeto que conduziria o Brasil ao seu ideal de nação. Esse ideal era descrito como o de transformar o Brasil numa nação *culta, moderna e civilizada*. Neste período

A conduta civilizadora se apresentou como o comportamento desejável a ser seguido em todo o Ocidente, várias nações se autodenominaram civilizadas ou almejavam se tornarem, civilização, sociedade civilizada, civilizar o povo foram expressões constates e presentes de forma unânime nos discursos das elites políticas e intelectuais. A ideia de instituir padrões de moral e costumes, ou ainda de que era necessário tornar toda sociedade civilizada, irradiou por todo o ocidente. (VEIGA, 2007, p.2)

No século XIX a consciência de que na infância estava o futuro da nação associava-se à necessidade de manutenção da ordem e da criação de mecanismos que protegessem a criança, precisamente a criança pobre, dos perigos que pudessem desviá-la do caminho da disciplina e do trabalho. Assim como era preciso defender a sociedade daqueles que se entregavam à viciosidade e ameaçavam a paz social. Gondra e Schueler (2008, p. 108) comentam que as autoridades “ao combinar rudimentos de instrução com a

aprendizagem profissional, assistiam, controlavam o mundo da “desordem” e, por tabela, ofereciam uma mão-de-obra minimamente disciplinada e, sobretudo, farta e barata”.

Portanto, cuidar da educação de órfãos, sobretudo os pobres, desde a infância, seria medida profilática de grande interesse do Estado, o que não significa, todavia, que tenham sido empreendidos efetivos esforços para a concretização, nem que registrassem os resultados esperados (FONSECA, 2009, p.111).

A ideia de infância como futuro do país estava associada à busca por soluções que pudessem “salvar” os pequenos pobres e enquadrá-los socialmente como elemento importante para o projeto civilizatório do país. A expressão *salvar a criança* foi inspirada no discurso, corrente na época, tendo-se como base o pressuposto de que o investimento na criança constituía-se numa forma de investimento no futuro de um país (RIZZINI, 2008, P.83).

Deste modo a infância, fase de desenvolvimento da vida em que a criança necessita de cuidados diferenciados do adulto, não eram levados em consideração (LIMA, 2008). Em Alagoas, assim como no restante das províncias brasileiras, intelectuais e as elites viam as crianças pobres como indivíduos que poderiam ser úteis a sociedade. Porém se não recebessem a devida atenção do poder instituído, se transformariam possivelmente em delinquentes causadores da desordem. O jornalista alagoano Pedro Nolasco Maciel, responsável pela redação da seção “Ecos maceioenses” do *Diário das Alagoas*⁴, manifestava sua opinião sobre vários temas dentre eles retrata a infância desvalida em Alagoas da seguinte forma:

Eu não tenho palavras assas eloquentes para significar a tristeza que me causa e naturalmente deve causar a qualquer observado amante do progresso do Brasil e dos brasileiros, o abandono em que vivi n’esta capital um avultado numero de creanças pobres – futuras parasitas sociaes (...) envelhecidos precocemente na pratica de vícios reprovados, o individuo torna-se facilmente criminoso.

Noventa por cento dos crimes annualmente commetidos teem origem da dissolução de costume dos delinquentes (...) órfãos ou não todos esses pequenos vagabundos são inteiramente desvalidos; e o governo, a quem muito e muito interessa a instrução do povo, e sua educação político-social deve olhar mais de perto a esses desmandos que lamentamos (...) o actual desprezo as creanças a vagabundagem sem limites, é um attentado a moral, um crime de lesa-humanidade, de leso-patriotismo!

⁴ MACIEL, Pedro Nolasco. A infância desvalida. *Diário das Alagoas*, 15 de março de 1886, ano, XXIX, nº 60, pág. 2

Observando o abandono no qual se encontravam as crianças pobres e órfãs da província alagoana, o jornalista demonstra sua preocupação com aqueles que, se nada fosse feito, seriam “futuros parasitas sociais.” Segue lembrando que o governo provincial ao invés de cuidar para que esses meninos tivessem alguma ocupação, mantinha-se somente “enfeitando os jardins das praças da cidade”.

[...] o governo, a quem muito e muito interessa a instrução do povo, e sua educação politico-social deve olhar mais de perto a esses desmandos que lamentamos – já que a iniciativa particular é zero n’este paiz e, principalmente, nesta província.

A falta de interesse com a infância desvalida a condenava a viver fora dos espaços sociais mais dignos, portanto, desamparada da assistência pública ou privada.

O número de crianças desvalidas vivendo pelas ruas das cidades no século XIX era crescente, resultado do abandono e da condição de pobreza na qual se encontravam suas famílias pela ausência de meios para mantê-las. Essas crianças que viviam nas praças e nas ruas se constituíam em uma massa de miseráveis que enfeavam a cidade e se tornavam um incômodo social. Com a ideia de educação voltada para o trabalho os administradores encontravam uma maneira de retirar das ruas esses indivíduos e confiná-los em instituições educacionais. A educação significava a preparação para o trabalho e aquisição de competências que pudessem garantir a sobrevivência futura, acompanhadas, se possível, de valores morais que impedissem os descaminhos dessas crianças e jovens para a criminalidade (FONSECA, 2009, p. 116). É necessário lembrar que o colégio de Educandos Artífices tinha um regime de internato, não era apenas a preparação para o trabalho que importava, era preciso à vigilância sobre as crianças, pois havia algo de “perigoso” nelas por isso o confinamento era indispensável. O jornal Diário das Alagoas, em 12 de julho de 1858 veiculou notícias sobre a educação e o dever dos pais com a educação dos filhos para que estes não viessem a seguir no caminho da “desordem”.

Vamos ver se esboçamos algumas linhas sobre a educação, que se deve dar as crianças logo no verdor dos annos. Ella deve ser fundada nos solidos alicerces da moral e da virtude para que a corrupção do futuro não a mareie e destrua. Não é sem razão que dissemos isso, ahi temos n’esses jovens devassos e perdidos o exemplo vivo da má educação, que lhes deram seus pais, que, talvez hoje, chorão sem remedio as faltas que commeterão para com sua próle, digna sem duvidas de melhores sorte, se não fosse a bonhemia e o desleixo, que empregarão em sua educação.

No decorrer do século XIX havia certa preocupação para se organizar o ensino público devido às necessidades de difundir as “luzes” sobre as camadas carentes da

sociedade. A ideia era de que na escola e na infância estava a chave para a solução dos problemas. A escola era o espaço privilegiado para a formação das novas gerações e a infância seria o momento da vida em que os costumes e as virtudes deveriam ser formados. Jinzenji (2002) afirma que:

Sendo as famílias pobres consideradas como moralmente incapazes de educar os filhos, a escola assumia além da função de instruir, a de educar. Em se tratando de um projeto de educação civilizatória, a instrução deveria se limitar aos níveis elementares da leitura, da escrita e das quatro operações, ao lado da educação moral que assumia centralidade nessa formação. (p. 10).

A tarefa da instrução neste período parecia muito clara e sua difusão dependia da ampliação do projeto de nação perante a população. Segundo Castanha (1999) cabia a instrução formar crianças e jovens (futuros cidadãos - trabalhadores) disciplinados no intuito de encaminhar o “povo” para a civilização. Para intelectuais da época, a criança criada nas ruas obedecia somente o próprio instinto, portanto, ignorava a obrigação que havia de torna-se submissa aqueles que seriam encarregados de “velar” por seu futuro. O jornalista alagoano Pedro Nolasco, no Diário das Alagoas de 1886, relata que é uma:

[...] realidade amargamente desmoralizadora a vagabundagem de crianças desvalidas nesta capital, eu imploro a proteção dos poderes competentes dos homens do governo. Para esses infelizes que pelo menos, seriam no futuro cidadãos aptos para o serviço das armas, ganhariam nobremente, na defesa da patria o necessario a vida.

A solução para essas crianças seria então o isolamento dos meninos pobres em uma casa comum que se justificava teoricamente pela ideia de preservar a moral da criança e também da sociedade que se prevenia contra os enjeitados, potencialmente perigosos e desviantes. Parece indispensável saber quem eram essas crianças causadoras de tamanha desordem e preocupação por parte do poder imperial. A seguir o texto discorrerá sobre a temática.

1.3 A infância desvalida dos Oitocentos.

O número elevado de crianças que vivam nas ruas e envolvendo-se em pequenos delitos era crescente no século XIX. Os motivos se relacionavam ao abandono ou a falta de condições de suas famílias para mantê-las. Sendo assim restavam para essas crianças as ruas, as praças e não raramente as cadeias públicas. Segundo Lima (2008) diante deste

quadro os gestores públicos vêm como necessidade se construir um código de lei para disciplinar esses indivíduos.

Com a construção desse conjunto de leis algumas categorias foram definidas para enquadrar o menor. De acordo com a autora foram definidas três categorias nas quais as crianças poderiam ser classificadas, são elas:

Criança infratora, criança abandonada e criança desvalida. A primeira se refere a criança desprovida materialmente que havia cometido alguma infração, na maioria das vezes pequenos roubos ou furtos. A segunda se configurava como aquela desprovida da assistência da família e do estado, que ignorava e tratava como simples caso de polícia. A criança desvalida seria aquela materialmente pobre, mas que contava com o apoio de alguém de sua família. (LIMA, p.20)

Tais crianças eram oriundas de famílias pobres em condições de vida miseráveis vivendo em meio à ignorância, sem apoio social, cultural ou econômico. Essas crianças eram, em sua maioria, de mães viúvas ou abandonadas pelo marido, ex-escravos, homens brancos livres ou filhos de escravos que foram “contemplados” com a lei do ventre livre⁵. Buscando encontrar soluções para resolver o “problema das ruas” os administradores provinciais se apoiavam na ideia de que a educação seria a melhor forma para civilizar e disciplinar essas crianças, no entanto essa educação deveria estar acompanhada de uma formação profissional. De acordo com Castro (2006)

Aos excluídos dos espaços de formação elementar públicos e particulares voltados ao ensino secundário e superior considerados desvalidos da sorte – entre os quais criminosos, indígenas, doentes e órfãos – restava medidas educativas que os corrigisse e os adaptasse aos conjuntos de regras e normas instituídas por uma rede de poderes [...]. (p. 41).

Esses poderes, de acordo com o autor, eram representados por policiais, bacharéis, médicos padres, juízes, professores e outros agentes responsáveis pelo controle desses indivíduos representantes dos perigos, dos vícios e da indisciplina. Com esse pensamento foram criadas por várias partes da província instituições para civilizar esses pequenos e dar-lhes formação profissional, tanto para formação de mão-de-obra quanto para retirar das ruas esses sujeitos. Tais instituições foram criadas por diferentes agentes sociais, público, privados ou filantrópicos. Segundo Schueler (1999, p. 69) o Estado

⁵ Esta lei passou a vigorar em 28 de setembro de 1871. Por esta lei toda criança, filha de escrava, que nascesse a partir daquela data, não era mais escravo, mas livre.

marcava presença “se não na instituição, direção e manutenção pelo menos na transferência indispensável de recursos”.

Algumas notícias do jornal Diário das Alagoas evidenciam denúncias de criança órfãs que eram mantidas presas em casa vivendo em condições de miséria, vejamos o que diz o jornal em 16 de agosto de 1861 a respeito de uma criança trazida da província de Pernambuco:

Pergunta-se a certo Adonis o que pretende fazer desse menino orphão, que há mais de um anno trouxe de Pernambuco com intento de arrumal-o aqui o que até hoje ainda não procurou fazer, e antes o tem constituido seu criado e alvo de sua colera por meras intrigas e enredos de rancores; e ainda mais trazendo-o mais mal trajado do que mesmo um criado. Certo de que se não explicar-se, apellar-se-ha para a autoridade competente.

Outra denúncia de maus tratos e abandono contra a criança é relatado pelo Diretor do Colégio de Educandos Artífices. Ele relata que um menino de nome Antônio, órfão de pai e abandonado pela mãe, chegou a Instituição trazendo apenas uma “cordinha” que o mantinha amarrado na casa onde vivia. O diretor então o entregou ao presidente da província “[...] para ter o destino que parecer conviniente [...]” (BELARMINO, 1859). Um menino indígena, de nome Manuel, chegou à instituição, em 1855, ele procurava um abrigo para poder sair da companhia de Jacinto o homem que o criava. Além da busca pelo sustento as crianças procuravam o colégio para fugir dos maus tratos sofridos por parentes ou nas casas onde viviam. Muitas crianças chegavam ao colégio sem roupas, expondo o total abandono no qual se encontravam. Esta era a realidade de muitas crianças pobres da província alagoana.

CAPÍTULO II

AS CASAS DE EDUCANDOS ARTÍFICES DO IMPÉRIO: UM REFERENCIAL PARA ALAGOAS

Neste capítulo trataremos do ensino profissional oferecido aos meninos desvalidos e pobres focalizando as instituições de Educandos Artífices que existiram em diversas províncias brasileiras durante a segunda metade do século XIX. As províncias pioneiras na instalação das casas serviram como modelo para a criação do Colégio de Educandos Artífices de Alagoas. Será dada ênfase as que foram criadas no Pará, no Maranhão, no Amazonas e na Paraíba, em razão de já terem uma literatura específica constituída a respeito, mas também porque a primeira serviu de modelo para as demais instituições e a segunda pelo longo período no qual funcionou.

2.1 Aspectos do ensino profissional

No século XIX o ensino de ofícios no Brasil passava a ter um novo sentido, com a constituição do Estado nacional, deixando de ser restrito ao ambiente doméstico e das corporações de ofícios existentes. (RIZZINI, 2004, p. 160). A chegada da família real ao Rio de Janeiro, em 1808, devido às invasões francesas, em novembro de 1807, proporcionou ao Brasil a condição de vice-reino de Portugal, possibilitando um processo de desenvolvimento interno, uma vez que a Metrópole encontrava-se inserida dentro da própria Colônia. Com a permissão para abertura de estabelecimentos industriais foram retomadas as atividades secundárias, que no século XVIII eram sustentadas pelas autoridades da Colônia. No entanto, ocupações relativas aos ofícios mecânicos teriam sofrido um processo discriminatório, por várias delas estarem associadas ao trabalho escravo. Rizzini (2004) comenta que se iniciou um lento processo de formação compulsória de trabalhadores para diversos ofícios, através do encaminhamento de crianças e adolescentes as oficinas dos arsenais de guerra e de marinha, formando a Companhia de Aprendizes Artífices e a Companhia de Aprendizes da Marinha. Para Castro (2007, p. 63)

Os estabelecimentos militares foram os espaços do poder provincial, na segunda metade do século XIX, a recolher meninos pobres e desvalidos para formar sistematicamente mão-de-obra, na perspectiva de livrá-los da ociosidade, da mendicância e da criminalidade.

Desta forma podemos dizer que tais locais foram os pioneiros em receber a mão-de-obra infantil para o trabalho mecânico. Assim “a forma de organização pedagógica e moral, bem como os procedimentos reguladores adotados nesses estabelecimentos foram transpostos para as casas de educandos artífices criadas no Brasil” (CASTRO, 2007, p 63)

A maioria das instituições de ensino profissional surgiu no Brasil na segunda metade do século XIX. De acordo com Rizzini (2004, Pag.168) os projetos eram de origem governamental (provincial, algumas com incentivo do governo central) religiosa (ordens religiosas), particular (filantropos ou empresários) ou mista (particulares ou religiosas com subvenção governamental). A respeito das instituições de educação para o trabalho a autora informa que

Durante o século XIX, em todas as províncias do país, dezenas de asilos, institutos escolas e externatos destinados a formação profissional de meninos e ao preparo de meninas nas tarefas domésticas. [...] As instituições dedicavam-se ao ensino do trabalho manual, basicamente relacionados às atividades tradicionais do período, artesanais e/ou agrícolas. O ensino de ofícios agrícolas era acompanhado da instrução elementar, da educação religiosa e do ensino de música. Este último oscilava entre ensino técnico e algo mais próximo da educação moral e disciplinar (RIZZINI, 2004, p.206).

Grande parte dos estabelecimentos existentes nas províncias brasileiras era de tipo asilar tornando o contido dos internos com familiares e com a sociedade rigidamente controlados. Luís Antônio Cunha (2005) lembra que o primeiro Colégio a funcionar no país foi em 1840, no estado do Pará. Naquela mesma década foram fundados outros no Maranhão (1842), São Paulo (1844) e Piauí (1849). Nos anos 1850 seguiram-se as instituições de Alagoas (1854), Ceará (1856), Sergipe (1856), Amazonas (1858), Rio Grande do Norte (1859) e Paraíba (1865). Apesar de criados em períodos distintos e com desdobramentos diferenciados, estes estabelecimentos de ensino seguiram basicamente o mesmo modelo de funcionamento. A preocupação dos governos provinciais com a formação para o trabalho na perspectiva de evitar que as crianças desvalidas se tornassem futuros vadios, inúteis, parasitas sociais e até mesmo perigosos para a sociedade fez com que houvesse a necessidade da criação das casas para o ensino de ofícios.

As Casas de Educandos Artífices, de acordo com Rizzini (2004, p. 169), apesar de algumas diferenças, tiveram uma proposta de funcionamento bastante parecidas entre si.

Podendo a legislação responsável pela regulamentação das casas ser difundida e copiadas pelas demais províncias com as devidas adaptações.

Apresentamos a seguir as instituições de educandos artífices instaladas nas províncias brasileiras identificando semelhanças e diferenças com a de Alagoas. Estas instituições destinavam-se às crianças pobres e órfãs do sexo masculino e pretendia seguir na contramão da tradição humanista, ao ofertar o ensino prático, embora aquele espaço educativo tenha se constituído em local de punição de crianças, portanto, de confinamento e maus-tratos, e não propriamente num lugar de formação de futuros artífices⁶.

2.2 Instituições de Educandos Artífices criadas no Império.

Os colégios de ensino profissional vinham surgindo em diversas províncias brasileiras no século XIX desde 1840, como podemos observar a seguir.

QUADRO I

Lista das províncias, ano de criação e fechamento das escolas de educandos artífices.

LOCAL	ANO DE CRIAÇÃO	LEI QUE A CRIOU	EXTINÇÃO
PARÁ	1840	LEI Nº 79 DE 21 DE OUTUBRO DE 1840	FECHADA EM 1855.
MARANHÃO	1841	LEI Nº 105 DE 23 DE AGOSTO DE 1841	É EXTINTA COM A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA
SÃO PAULO	1844		EXTINTA EM 1868
PIAUÍ	1849	RESOLUÇÃO Nº 220 DE 24 DE SETEMBRO DE 1847	1873
ALAGOAS	1854	LEI Nº 234 DE 7 DE ABRIL DE 1854	1861
CEARÁ	1856	LEI Nº 754 DE 05 DE AGOSTO DE 1856	1877 ⁷
AMAZONAS	1858	LEI Nº 60 DE 21 DE AGOSTO DE 1856	FECHADA EM 1877

⁶ Por terem uma presença, predominante, de órfãos e desvalidos, essas casas eram “vistas mais como obras de caridade do que obras de instrução pública”. (CUNHA, 2005, p.113).

⁷ De acordo com Castro (2007) esta seria uma data provável para o fechamento.

RIO GRANDE DO NORTE	1859	LEI Nº 376 DE 9 DE AGOSTO DE 1858	1862
PARAÍBA	1865	LEI Nº 6 DE 1 DE SETEMBRO DE 1865	1874

FONTE: Adaptação de RIZZINI, Irmã. *O cidadão polido e o selvagem: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. E CASTRO, César Augusto. *Infância e trabalho no Maranhão Provincial: uma história da casa dos Educandos Artífices (1841-1889)*. São Luís: EDFUNC, 2007.

A lei Nº 79 de 21 de outubro de 1840 deu início a criação da primeira casa para atender crianças órfãs e desvalidas que viviam pelas ruas ou em condições de miséria. A Casa de Educandos Aprendizes Paraense, segundo Cunha (2005) e Rizzini (2004) foi criada em 1840 e serviu de modelo para as demais. No princípio a casa não possuía oficinas e para realização dos ofícios os alunos tinham que se deslocar até os locais de trabalho que se dividiam entre; o arsenal da marinha, o arsenal de guerra, o cais e o hospital. Os ofícios ofertados eram de carpinteiro de machado, calafate - ofício na fabricação de tonéis ou pisos de madeira - marceneiro, pedreiro, ferreiro, serralheiro, canteiro, tanoeiro, funileiro e sapateiro (CUNHA, 2005, p. 113). De acordo com o autor além desses ofícios os alunos tinham aula de primeiras letras, escultura, desenho, aritmética, noções gerais de álgebra, geometria e mecânica aplicada as artes (p.114). O relatório do presidente da província do Pará, José Antônio de Miranda, em 1840 explica quem eram os alunos atendidos na instituição e a que se destinava

Os educandos são rapazes pobres, que o governo faz recolher a uma casa, regidas por um militar, que se esmera em lhes dar a instrução conveniente. Das seis horas da manhã ate as oito passam o tempo na escola da casa, onde aprendem a ler, escrever e contar. A essa hora almoçam, e se distribuem pelas diversas repartições, e obras publicas, onde se entregam ao exercicio de diferentes officios, conforme a propensão de cada um.

Além desses ofícios os alunos recebiam também instruções de “[...] exercicio militar e davam patrulha composta dos maiores [...]”. O presidente acreditava que esses meninos “[...] que nada tinha a esperar a sociedade apresenta-se no seio dela, depois de três ou quatro anos [...]” (RELATÓRIO, 1840, p. 40). Na casa os alunos tinham uma enfermaria e posteriormente seria montada uma capela. Naquele ano a escola contava com oitenta e um educandos.

No ano de 1853 o ensino de ofícios era ministrado na própria escola ou em outros estabelecimentos públicos ou particulares. A escola contava em seu quadro de funcionários com um pedagogo – este profissional não chegou a compor o quadro do Colégio de Educandos Artífices de Alagoas, mesmo com os vários pedidos do diretor – um médico e um capelão (CASTRO, 2007, p.68). Neste mesmo ano a escola atingiu o número de 138 educandos, número bastante expressivo se comparados ao de Alagoas que não chegou a ultrapassar 40 alunos.

A casa recebia crianças do sexo masculino com idade de sete anos “[...] na admissão preferem-se sempre os mais limpos [...]” (RELATÓRIO, 1840, P. 41). Segundo Castro (2007) a Casa de Educandos Paraense passou por crises constantes um dos agravantes eram as más condições estruturais do prédio e a sua distância o que acarretava na dificuldade dos educandos a ter acesso às oficinas particulares e as obras públicas da cidade de Belém. Rizzini (2004) comenta que

O investimento em melhorias na Casa e em comodidades para os educandos estava impossibilitado. O edifício do estabelecimento dos educandos do Pará não apresentava boas condições, anos após a fundação. O telhado encontrava-se arruinado, a ponto de chover em quase toda a parte, e as paredes estavam arrombadas em alguns lugares. (p. 174).

Com todos esses problemas a escola foi fechada em 1855 e “revivesceu em outubro de 1860 com a criação de uma escola agrícola teórica e prática – A Escola Agrícola Rural Pedro II [...]” (CASTRO, 2007. P. 71).

Em Alagoas o discurso em torno da transformação do Colégio de Educandos Artífices em um colégio agrícola também foi corroborado pelo presidente da província Antônio Coelho de Sá e Albuquerque. Em periódico local o governo anuncia a necessidade de se encontrar um professor que dominasse a teoria e prática do ensino agrícola. Ficava o governo autorizado “[...] a contratar com qualquer indivíduo que se mostrasse habilitado em qualquer instituto agrícola nacional ou estrangeiro [...]”. Esse ensino contaria para o professor como instrução primária, dava a ele as “[...] habilitações nas leis vigentes, e poderá ter de ordenados e gratificação até a quantia de dois contos de réis [...]”. (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 29 de julho de 1861).

A província do Maranhão instala um Colégio de Educandos Artífices um ano após a criação da Casa de Educandos do Pará. Aquele estabelecimento, que tinha como diretor José Antônio Falcão, na sua inauguração contava com um número de 28 alunos, que

vinham da casa dos expostos, enviados pelo juiz de órfão, ou indicado pelo presidente da província. De acordo com Castro (2007, p.224) o índice de alunos oriundos da casa dos expostos excedia os demais devido ao “descrédito da população, que não via com bons olhos entregar seus filhos aos cuidados do governo, pois julgavam que o interesse era acolhê-los e instruí-los nos exercícios militares para enviá-los ao Exército”.

No primeiro ano de funcionamento a casa mantinha o aprendizado de ofícios fora do estabelecimento. Posteriormente as oficinas foram instaladas dentre elas as de serralheiro, de alfaiate, e de carpinteiro. As crianças atendidas tinham idade entre oito e 17 anos. Além dos ofícios os meninos aprendiam a ler, escrever, contar, princípios religiosos e música. Na sua criação a Casa contava com salas, onde funcionavam oficinas, enfermaria, cozinha, capela, dormitórios. Segundo Castro (2007) os alunos que não conseguiam ler, escrever, contar ou tiverem má caligrafia, o professor aplicava castigos por ordem do diretor.

O número de alunos, conforme Castro (2007), ultrapassava o estabelecido no regulamento do colégio, os alunos excedentes eram chamados de extranumerários, expressão aplicada aqueles não regulares, no entanto, era comum ser admitidas crianças por meio de “influências políticas, religiosas ou militar junto ao presidente da província”. Nem sempre essas crianças se encontravam pobres e desvalidas como exigia a lei.

Ao contrário do que estava posto no regulamento do Colégio de Educandos Artífices de Alagoas, que permitia na instituição apenas a entrada de crianças das localidades da própria província, o estabelecimento da província do Maranhão aceitava educandos de outras províncias como as do Piauí e do Ceará⁸.

Os alunos viviam sob regras militares bastante rigorosas – o que não foi diferente nas demais instituições desta ordem – mesmo assim, eram “constantes as contravenções da ordem pelos alunos” (CASTRO, 2007, p. 233). A violência entre os internos ia desde “bater, quando se considerava traídos ou injustiçados até quebrar braço, pernas ou cabeça” (p. 235). Apesar de toda disciplina aplicada aos educandos não era incomum os atos de desobediência nestas instituições. Os diretores da instituição pediam que fosse instalada uma prisão onde pudesse separar os alunos mais novos dos maiores. Os castigos corporais, além do confinamento, eram corriqueiros no colégio como “palmatoria e cipós” (CASTRO, 2007, p. 237).

⁸ CASTRO (2007, p. 231).

Em 1868, foi criada na instituição a aula de agricultura, no entanto o ensino não passou de aula teórica o que fez com que o então diretor Raimundo Jansen chegasse à conclusão de que seria melhor a substituição desta disciplina pela língua francesa (CASTRO, 2007, p. 276). O autor informa que o presidente da província sugere que a disciplina de agricultura fosse extinta e em seu lugar fosse criada uma escola agrícola, pelo método aratório.

Apesar das dificuldades o colégio seguia suas atividades, criando e extinguindo aulas e oficinas, o atraso no salário dos professores bem como o rendimento insatisfatório dos educandos era motivo para o afastamento de alguns professores do estabelecimento. Para garantir que os “alunos tivessem o mesmo nível de aproveitamento na leitura, no cálculo e na escrita, os alunos mais adiantados, os decuriões reforçavam os conteúdos ministrados pelos professores” (CASTRO, 2007, p.261) esse reforço acontecia durante a noite.

Na década de 1870, a necessidade por decuriões aumenta devido ao crescimento de alunos que chega a 300. O número elevado de educandos, a falta de material didático e o não pagamento de salários eram alvo das reclamações dos professores.

A banda de música do colégio acompanhava os festejos da cidade, o dinheiro arrecadado nas apresentações servia para suprir as necessidades da instituição “um quarto dessa paga seria do professor, se tivesse tocando com a banda na festividade o restante seria dividido em duas partes: sendo uma distribuída aos educandos que tocarem e a outra seria recolhida como receita aos cofres da Casa”. (CASTRO, 2007, p.282). Aprender a tocar instrumentos proporcionaria aos meninos uma fonte de renda futura. A banda de música da Casa dos Educandos existiu durante todo período de funcionamento da instituição.

Os alunos da Casa eram premiados dependendo do rendimento de cada um nas aulas de primeiras letras, nas oficinas ou na banda de música. Esta premiação acontecia no mês de dezembro e era entregue pelo presidente da província.

Os prêmios provenientes da renda da Casa eram um livro contendo princípios morais ou religiosos ou regras de ciência, mais um valor em dinheiro, de até 20 mil réis. [...] desde modo, Falcão dividiu o corpo dos educandos em dois: os que mereciam ser premiados e aqueles que, por indisciplina, não mereciam qualquer distinção. Além dos prêmios, os alunos agraciados recebiam uma estrela de latão que deveria ser usada sobre o peito esquerdo. (CASTRO, 2007, p. 320-321)

Apesar dos problemas que rodeavam a Casa de Educandos do Maranhão ela sobreviveu por 48 anos, chegando ao fim de suas atividades no começo da República (1889). Com o fechamento os funcionários foram demitidos e os educandos entregues aos pais ou protetores.

No que concerne ao Colégio de Educandos da Paraíba a lei aprovada para sua criação é de 1859, no entanto só foi regulamentada em 5 de dezembro de 1865, pelo presidente Felisberto Toscano de Brito.

O colégio funcionou precariamente e o diretor Padre Joaquim Victor Pereira teve que conviver com as mais diversas dificuldades que se apresentava que foram desde o local para instalação do prédio até materiais para a sua construção. De acordo com Lima (2008)

Após a reforma e construção, o collégio passou a contar com dois edifícios, sendo um sobrado grande e outro menor com os cômodos distribuídos pelo seguinte: no primeiro edifício, o mais antigo, foi instalado o refeitório, a secretaria, dormitórios, diretoria e as salas onde seriam ministradas as aulas de primeiras letras e ensino de música; no segundo foram instaladas as oficinas de sapataria e alfaiataria (p. 37-38)

A casa podia receber até 30 educandos com idade entre sete e 13 anos. No início a instituição contava com 09 alunos, no ano seguinte com 25 e em 1869 chegou a abrigar 36 educandos. O número crescente de alunos fazia com que o diretor reclamasse por melhores salários para os funcionários da instituição e contratação de pessoal para ajudar nos serviços da Casa. O diretor do Educandos de Alagoas, João Belarmino, passava pela mesma situação, pois eram constantes seus pedidos por funcionários que o ajudasse nas tarefas do Colégio, entre os ajudantes mais solicitados por esse diretor estavam os serventes que, de acordo com o artigo 55 do regulamento do Colégio, deveria ser ocupado por “[...] algum africano livre [...]” os respectivos funcionários eram “[...] indispensáveis para certos serviços [...]” (BELARMINO, 1854). Em 1854 a instituição contava com a ajuda de dois serventes, o governo da província ficava responsável pelo sustento deles no estabelecimento.

Diferente do que acontecia nas outras casas de educandos, o diretor do Colégio de Educandos da Paraíba era subordinado a um conselho administrativo, presidido pelo inspetor de ensino, com base no Regulamento do estabelecimento. Esse conselho ficava responsável, entre outras coisas, pela compra de matéria-prima, pagamentos e pela contratação dos fornecedores de gêneros alimentícios para a instituição o que acarretava, muitas vezes, em atraso por parte dos fornecedores. Desta forma

Muitas vezes o diretor se viu obrigado a desrespeitar o referido Regulamento, devido ao fato deste impedir a tomada de decisões para assuntos que exigem uma resposta imediata, como no caso do fornecimento de gêneros alimentícios e vestuários para os educandos (LIMA, 2008, p.47).

O diretor ficava encarregado pelo controle e disciplina dos alunos, observar as atividades, bem como a contratação de mestres e demais funcionários da Casa. Nos demais estabelecimentos, o diretor possuía plenos poderes, obedecendo apenas ao presidente da província, e não havia relações próximas entre os diretores e os inspetores de ensino.

Apesar das promessas feitas pelo presidente da província para instalação das oficinas, apenas duas foram montadas a de alfaiate e a de sapateiro – estas oficinas também foram as únicas a serem criadas no Colégio de Educandos de Alagoas – devido às dificuldades em conseguir materiais necessários ao funcionamento das oficinas estas por várias vezes ficaram paradas.

As oficinas da instituição utilizavam a mão-de-obra dos alunos para confeccionar peças de roupas para o fardamento dos soldados do Quartel da Guarda Nacional. De acordo com Lima em 1868 foram confeccionadas 690 peças de roupas para os soldados, isso mostra a produção da oficina de alfaiate. Apesar da produtividade da oficina as roupas fornecidas aos educandos eram de má qualidade e de quantidade insuficiente. Por todo período o Colégio conviveu com a precariedade do fornecimento de materiais para as oficinas, funcionários e de gêneros alimentos.

No que diz respeito ao ensino não se diferenciava dos demais estabelecimentos, os alunos aprendiam a ler, escrever, contar, música vocal e instrumental, noções de gramática nacional, doutrina cristã e um ofício. De acordo com Lima (2008)

O ensino da leitura e da escrita desenvolvido no colégio de Educandos Artífices tinha como ponto de partida o ensino do alfabeto, seguido pela formação das primeiras palavras, através do ensino de sílabas, [...] utilizava-se também, a cartilha e para o desenvolvimento da leitura fazia-se o estudo da gramática nacional. Buscava-se quase sempre fazer uma relação entre a escrita e a leitura através de ditados e cópias. (p. 69).

O número de professores necessário para o acompanhamento dos alunos nas atividades de leitura e escrita era insuficiente, sendo assim a opção pelo método de ensino mútuo parecia como medida mais barata e disciplinadora para ser aplicada nas Casas de Educandos. Para Bastos (1999) o objetivo deste método era “formar pessoas virtuosas e

moralmente aptas para o exercício da função de regenerar a sociedade” por meio da escola de primeiras letras.

O Colégio de Educandos Artífices da Paraíba funcionou penosamente até 1874 sem receber durante seu funcionamento nenhuma reforma ou ampliação. Com o fim da instituição os alunos que tinham idade legal e boa saúde foram mandados para a Companhia de Aprendizes Marinheiro, instituição conhecida historicamente como lugar de reclusão dos indisciplinados e desordeiros.

Com relação à Casa de Educandos Artífices da província do Amazonas ela foi criada pela lei nº 60 de 21 de agosto de 1856, e instalada em 1857. De início contava com a presença de 16 educandos, desses alunos três eram indígenas.

O modelo a ser adotado na instituição, para o presidente da província, Ângelo Thomas do Amaral, deveria ser o da Casa de Educandos do Maranhão. Para tanto foi pedido que alunos daquela instituição fossem enviados ao Amazonas. Para cuidar de suas doenças os educandos contavam com a presença do médico Antônio David de Vasconcelos Canavarro.

Os ofícios desempenhados pelos alunos eram os de carpina, marceneiro, alfaiate, sapateiro, encanador e tanoeiro. Além dos ofícios os alunos aprendiam música, primeiras letras, ensino militar e doutrina religiosa. Rizzini (2004) lembra que praticamente todas as instituições adotaram o ensino de música. Para o presidente da província do Amazonas, o tenente coronel Wilkens de Mattos, além de sua utilidade a música⁹ prevenia a criminalidade dos jovens.

De acordo com a autora as Casa de Educandos formavam as suas bandas, que constituíram mais uma fonte de renda, oriundas da participação em diversas solenidades, inclusive em festas religiosas, enterros, etc. Em Alagoas a banda de música dos Educandos era convidada para apresentação na festa da padroeira de Maceió, em enterros e demais solenidades. A fim de garantir que os músicos tivessem bons instrumentos à disposição para o desempenho da atividade, o diretor do Estabelecimento, João Belarmino dos Santos pedia que eles fossem comprados na província baiana.

A instituição do Amazonas se diferenciava das demais porque, desde o início do funcionamento a Casa seguiu dupla finalidade, ensinar os ofícios mecânicos e de

⁹ O ensino de música já havia sido inserido no currículo das ordens religiosas que chegaram ao Brasil desde o início da colonização, tanto Jesuítas, como Franciscanos italianos. De fato, a música religiosa, por exemplo, ajudava a centrar as coisas úteis ao espírito. Resta saber qual o conteúdo desse material utilizado naquele ensino.

agricultura, assim como a unidade do Maranhão fez opção pelo método aratório ou aquele que cuidaria de instrumentalizar os alunos na aragem da terra. Para Rizzini (2004) isso explicaria a preferência pela criança indígena.

Crianças e jovens matriculados deveriam permanecer na Casa por mais três anos após concluir a formação, a fim de recompensar os cofres provinciais pelos gastos com os ex-alunos. Eles continuavam na instituição como mestres das oficinas, no entanto recebiam menos que os demais mestres. Posteriormente foram contratados mestres estrangeiros, mas a falta de entendimento entre estes e os alunos fizeram com que fossem dispensados e em seu lugar vieram professores do Maranhão.

Havia no Colégio do Amazonas uma instabilidade no quadro dos diretores e demais funcionários. Conforme Castro (2007, p.131), o diretor tenente-coronel Pedro Jaime Lisboa havia sido substituído pelo tenente Leopoldo Francisco da Silva, que daria lugar a Felinto Elisio Fernandes de Moraes. Todas as substituições foram efetivadas num curto espaço de seis meses. Segundo o autor esta instabilidade era decorrente das disputas entre os políticos dos partidos liberais e conservadores que interferiam no quadro funcional da instituição. Quanto a Casa alagoana não teve essa rotatividade de diretores, João Belarmino permaneceu por muito tempo (1854-1860) na Casa sendo substituído, apenas, por motivos de doença.

Após caminhar na penúria é determinado, pela lei nº 364 de 1877, o fechamento da instituição que abrigava os desvalidos da sorte da província do Amazonas.

Como podemos perceber, as instituições de formação de artífices foram criações imperiais, aquelas que sobreviveram com a chegada da República foram se adaptando ao novo modelo de formação profissional. Conforme Rizzini (2004, p.176) “este tendeu a ocupar espaços e pedagogos distintos da assistência caritativa”. Os anos 1909/ 1910, para a autora, são divisores de água nesse quadro devido à criação e implantação das Escolas de Aprendizes Artífices criadas pelo presidente Nilo Peçanha, em sua maioria, nas capitais onde existiram Casas e Institutos de Aprendizes. Outra instituição criada para formação profissional foi o Liceu de Artes e Ofícios, no entanto, este tinha um modelo bem diferente do militar e do caritativo. O objetivo dela era difundir o ensino das belas-artes aplicadas aos ofícios e indústrias, cujos recursos e administração eram de responsabilidade da sociedade civil. A intenção era garantir a educação fundamental e o ensino profissional para a população operária incluindo as mulheres que tiveram acesso aos cursos do Liceu de Artes e Ofícios.

CAPÍTULO III

COLÉGIO DE EDUCANDOS ARTÍFICES DE ALAGOAS

3.1 Breves considerações a respeito da organização da instrução na província alagoana

Para um melhor entendimento das práticas instrucionais que foram prescritas para o Colégio de Educandos Artífices se faz importante compreender a estrutura da instrução no Brasil e conseqüentemente em Alagoas no período Imperial.

O Estado nascente procurava marcar sua presença nas diferentes províncias por meio de um governo central que ordenasse a construção de um projeto de nação. Buscava-se construir uma ordem na qual retirava a responsabilidade financeira do poder central em custear políticas públicas nas províncias, tanto que a criação do Ato Adicional de 1834 delegou a manutenção da instrução pública primária e secundária aquelas unidades administrativas.

Ao transformar o Rio de Janeiro em sede do governo, adquirindo o estatuto de corte tornou-se esta capital o centro das decisões políticas e com isso iniciou-se o processo de formação do Estado nacional gerando, em seu bojo, o aparelho educacional escolar, que persistiu durante um século e meio, basicamente com a mesma estrutura (CUNHA, 2005). Sendo a sede do governo o Rio de Janeiro assistiu à instalação de uma série de instituições políticas, jurídicas e de cunho financeiro. De acordo com Gondra & Schueler (2008) tais instituições foram instaladas no terreno educacional, científico e cultural. As instituições instaladas pelo governo concediam privilégios para as elites políticas e intelectuais as quais defenderiam o território e ocupariam os cargos nos setores burocráticos e administrativos do Estado. A educação brasileira do século XIX esteve essencialmente voltada para a preparação de uma elite e não do povo. Craveiro Costa (1931) e Fernando de Azevedo (1976) apontam para o erro cometido por D. João VI ao iniciar a obra educacional no Brasil de cima para baixo criando em todo país cursos de retórica, filosofia, latim entre outras. Enfim era a erudição ligada ao *status* social, prestigiada pela vida na Corte, pelas atividades públicas, pelo regime parlamentar, onde a retórica era necessária. Um contraste gritante com a quase total ausência da educação popular. A iniciativa oficial em relação ao ensino elementar e secundário era inexistente quanto à educação profissional. Desta forma o ensino superior teria prioridade tornando-se um componente poderoso da homogeneização da política educacional imperial, dado o

investimento na fundação de cursos superiores concentrados na formação médica e jurídica. Aquelas áreas de atuação pouco seriam exercidas pelos jovens filhos da elite. O alvo principal era ocupar cargos no serviço público e participar ativamente do corpo administrativo de funcionários do estado, como lembra Azevedo (1976), até porque os cursos superiores da época formavam intelectuais que discorriam sobre qualquer temática. Seria uma forma de preparação para assumir algum cargo se assim fosse convocado.

A educação brasileira do século XIX era destinada a uma pequena parcela da população. Em Alagoas a situação da instrução primária pública do Império não diferia muito das demais províncias brasileiras, por ter poucos letrados. As poucas escolas públicas que haviam em Alagoas eram frequentadas pela classe pobre. Os filhos da elite seguiam para os colégios particulares internos. Primitivo Moacyr (1939) mostra que em 1855 só havia na província 73 escolas primárias, sendo 48 de meninos e 25 de meninas. O número de escolas particulares também era reduzido tendo um total de 14, oito meninos e seis para meninas. Durante o século XIX existiram poucas escolas públicas como também particulares. Saber ler e escrever era privilegio de raros. Embora não fosse considerada coisa de grande importância pela aristocracia rural dominante (COSTA, 1931, p.05).

Enquanto as escolas de instrução primária eram destinadas para o sexo masculino e feminino, os colégios de ensino secundário eram reservados para os jovens da elite masculina. Desses colégios masculinos os que tinham maior visibilidade na imprensa imperial era o Colégio Bom Jesus. Administrado desde sua fundação (1872) pelos educadores alagoanos Francisco Domingues da Silva e Manuel Balthazar Pereira Diégues Júnior, aquela instituição era noticiada com frequência pela imprensa periódica, na disputa de prestígio com outros colégios, como o Colégio Sete de Setembro, Colégio São José e Colégio São Bernardo.

Com exceção do Liceu Provincial, o restante do ensino secundário era de natureza particular, dada em colégios internos que também ofertavam as primeiras letras e o ensino primário completo. Tais colégios recebiam os alunos no regime de internato, externato e semi-externato. Outra categoria de ensino particular se anunciava no Império alagoano. Os professores aposentados, veteranos, recém-formados ou sem vínculo institucional, pediam autorização à Diretoria de Instrução Pública para a criação de escolas de primeiras letras ou de cadeiras isoladas nos mais variados pontos da província. Os pedidos se concentravam no ensino de línguas (Português, Francês, Inglês, Latim) e de Geografia, disciplina de reconhecido valor nos tempos imperiais para ajudar na elaboração de

estatísticas cuja ausência era constantemente reclamada pelos administradores. Estas notícias tanto nos chegavam das publicações diárias do expediente administrativo do governo provincial, como também das páginas de anúncio dos jornais locais¹⁰.

O ensino secundário público era ministrado no Liceu de Maceió e nas cadeiras de latim e francês na cidade de Penedo. Em geral, o ensino secundário tinha como referencial o Colégio Pedro II ou o Colégio Abílio, do Barão de Macaúbas, ambos fundados no Rio de Janeiro. Essas duas instituições eram referências para a instrução secundária de todo o Império. Sobre a formação de professores, somente em 1869 é que vamos ter a criação em Maceió do Curso Normal, o qual funcionava em prédio anexo ao Liceu. Inicialmente atendia rapazes da elite, mas logo nos anos iniciais passou a ser frequentada pelas moças, como ocorrera nas demais Escolas Normais do Brasil (VILELA, 1982).

Ao contrário das escolas públicas de instrução primária, as instituições públicas de ensino secundário eram destinadas para educar intelectualmente os filhos da elite alagoana. Os jovens de classe “inferior” eram impedidos de seguir além do que era necessário para pessoas pobres, cujo destino, na mentalidade escravocrata da época, era trabalhar e ganhar apenas para sobreviver. O Liceu de Maceió foi o principal representante do ensino secundário público. Os alunos que se formavam no liceu prestavam exames para serem admitidos nas faculdades de Direito (Recife) ou de Medicina (Salvador).

Nas faculdades de direito, os bacharéis obtinham não apenas a formação para atuarem como juristas e advogados, mas também eram formados na “aprendizagem do poder”, posto que grande parte dos egressos destes cursos integrou a política e a burocracia estatais ocupando os cargos de deputados, senadores, diplomatas, presidentes de província, além dos cargos relativos a justiça, como os de juízes, promotores públicos e chefes de polícia. (GONDRA & SCHUELER, 2008, p. 29).

Quanto à aprendizagem das artes e ofícios o fator decisivo para sua estruturação foi a Lei de Instrução Pública, em 15 de outubro de 1827, determinando a organização do ensino público no país, em todos os níveis de ensino. O aumento da produção manufatureira na primeira metade do século XIX, junto com a estruturação do ensino deu origem à organização de sociedades civis tendo como objetivo o amparo de órfão e também à oferta da aprendizagem das artes e ofícios.

¹⁰ Texto apresentado no II Encontro Norte e Nordeste de História da Educação, I Encontro Maranhense de História da Educação, realizado no Maranhão, no período de 20 a 23 de agosto de 2007.

Em Alagoas o ensino profissional conheceu sua primeira experiência em 1854, quando foi criado o Colégio de Educandos Artífices. Posteriormente, outras entidades filantrópicas que se destinavam ao ensino profissional também foram criadas como a Escola Central (1887), instituição que recebia crianças negras para ensinar primeiras letras e um ofício, o Asilo Nossa Senhora do Bom Conselho (1877), criado para educar e cuidar de meninas cujos pais foram vitimados pela Guerra do Paraguai e o Liceu de Artes e Ofícios (1884). Este era diferenciado, pois fora fundado para atender adultos, homens ou mulheres, da classe trabalhadora e artística. Os Liceus de Artes e Ofícios criados no Brasil eram mantidos por sociedades civis. Essas sociedades começaram a se organizar em meados do século XIX, por conta do crescimento da produção manufatureira, com o objetivo de “difusão das luzes” e de amparar órfãos. Fernando de Azevedo (1976, p.122) afirma que muitas sociedades civis tinham por sócios os próprios artífices, e ressalta: “pelo que depreendi das fontes examinadas, eles tinham grandes dificuldades em se organizar para reproduzir, pela escola, sua formação técnica e ideológica”. As associações criadas por civis, em geral, tinham como membros intelectuais que se colocavam como missionários da civilização europeia, já que, à época, a instrução era considerada como a chave para alcançar a Modernidade¹¹.

Para sua instalação o Liceu de Artes e Ofícios recebeu doações do imperador e das comissões criadas para angariar fundos. Diversos materiais foram doados, como estojo matemático, carta geográfica, compêndios de aritmética, entre outros objetos, muitos deles cedidos pelos próprios sócios da Sociedade Protetora da Instrução Popular e futuros professores do Liceu de Artes e Ofícios. (GERMANO E SANTOS, 2008, p. 100).

Com relação ao Colégio de Educandos Artífices de Alagoas, alguns governantes diziam que esta instituição exigia muitas despesas e oferecia pouca utilidade para a província, sendo assim seria bem mais vantajoso transformar o estabelecimento em um colégio agrícola. Costa (1931) apresenta a fala do presidente da província Antônio Coelho de Sá e Albuquerque na qual defendia com ênfase a referida transformação.

“Eu não quero sábio agricultores quero moços educados no campo, sabendo apenas ligeiras noções teóricas de agricultura e o manejo de algum instrumento agrícola; não quero aspirantes a empregos públicos; quero trabalhadores de espírito mais ou menos cultivado, moralizado e econômicos; não quero futuros descontentes das instituições, pois quando se não acharem contentes com a sorte: quero homens poucos ambiciosos e sumamente interessados na paz pública e na permanência dos governos, sejam eles de que políticas forem”. (p.46).

¹¹ GERMANO E SANTOS. (2008).

A fala do presidente deixa entender que os cargos públicos já tinham quem os ocupasse, desta forma não precisava de pessoas pobres almejando tais empregos, outro aspecto importante no discurso de Sá e Albuquerque é o dado referente à educação que deveria ser dada em pequenas doses para a população, além disso, ressalta a importância da moral e da disciplina para o povo. Esse modelo educativo estava em sintonia com a época, uma vez que durante o século XIX, apesar do surgimento da lei geral de ensino de 1827 e do Ato Adicional de 1834, havia uma forte tradição na concepção de educação destinada ao povo pensado pela elite na qual o mais importante era ordenar e controlar que propriamente instruir.

3.2 O Colégio de Educandos Artífices de Alagoas: os percalços de uma trajetória

A importância e a necessidade de se criar uma instituição com as finalidades que tinha o Colégio de Educandos Artífices esteve presente no discurso dos intelectuais e administradores das províncias brasileiras da época, resultado, sobretudo dos “ecos” da instrução europeia para o povo com a insistência de renovação do ensino para uma tendência mais utilitária. O presidente da província José Antonio Saraiva discorre a respeito dos colégios de educandos artífices que já existem em outras regiões e aponta que seria oportuna a criação de semelhante estabelecimento na província alagoana.

Com essa denominação possuem já algumas de nossas provincias casas de educação para orfãos desvalidos, que nellas aprendem a ler, escrever e contar, musica vocal e intrumental e uma das artes mecanicas. Entendo que muito nos conviria um estabelecimento de semelhante natureza; pois que seria elle, alem de uma instituição de caridade, um viveiro de artistas esclarecidos que poderam prestar a vossa provincia os mais valiosos serviços. A miseria desprotegida, senhores, e um mal que deve ser quanto for possivel nullificado por aquelles que exercem, como vós, a nobre missão de legisladores (RELATÓRIO, 1854, p. 5).

A proposta do presidente logo seria aceita. Em 1854 foi inaugurado o Colégio de educandos Artífices de Alagoas oferecendo uma educação profissional de caráter assistencialista para meninos órfãos. Estes eram recolhidos ao estabelecimento tanto para o aprendizado das primeiras letras e de um ofício quanto para evitar a criminalidade nas ruas da cidade, como podemos observar no discurso acima.

O Colégio foi criado pela lei provincial nº. 234 de sete de abril de 1854, na cidade de Maceió. Começou a funcionar no bairro de Jaraguá, em 17 de setembro do mesmo ano.

O cargo de diretor era ocupado pelo Coronel João Belarmino dos Santos, que esteve à frente da instituição praticamente em todo seu período de funcionamento. De início a Casa recebeu 17 alunos oriundos de diversos pontos da província. O artigo 09 do regulamento dizia que o colégio podia receber até 40 alunos, mas em 1855 havia apenas 25 alunos matriculados “[...] e nem é possível que no pequeno edifício em que se acha montado o Estabelecimento possa ser alojado maior número de adolescentes [...]” (RELATÓRIO, 1855, p. 19). Em 1859 o número de alunos cresceu para 32, e em 1860 o Colégio alcançou o número previsto no Regulamento. Esparsas notícias anunciavam a presença de crianças negras na instituição, como a que aparece em um ofício trocado entre o diretor e o curador dos africanos livres, além do despacho do governo provincial sobre o encaminhamento ao juiz de órfãos do “aluno “Azulão” e “um menor pardinho” do Colégio de Educandos Artífices”.¹²

Apesar dos discursos em torno da utilidade desta instituição não foram poucas as dificuldades, sobretudo financeira, enfrentadas pelo Diretor para manter o funcionamento do Colégio que se destinava à educação de órfãos desvalidos que estivessem em extremo estado de pobreza, mendigando pelas ruas. A orfandade era uma condição exigida pelo regulamento para o ingresso no estabelecimento. Os meninos eram admitidos de sete a doze anos de idade, obrigatoriamente os meninos aprendiam a ler, escrever, contar, música vocal e instrumental. Rizzini (2004) lembra que

O ensino nas primeiras Casas de Educandos, surgidas na década de 1840, restringia-se a instrução elementar ministradas nas escolas públicas da época, ou seja, leitura, escrita, aritmética e princípios religiosos. O ensino de ofícios era totalmente prático, aprendido na execução das tarefas, como ocorria desde o período Colonial nas oficinas de artesãos que admitiam aprendizes (p. 209).

Quando entravam no Colégio as crianças aprendiam inicialmente as primeiras letras e posteriormente um ofício como revela José Antônio Saraiva “por agora se dão somente ao estudo das primeiras letras e música vocal, reservando-lhes o ensino das artes mecânicas para quando estiverem um pouco mais versados naquelas matérias”. (RELATÓRIO, 1854, p. 9).

¹² ALAGOAS. GOVERNO DA PROVÍNCIA. Expediente do dia 06 de outubro de 1860. *Diário das Alagoas*, Maceió, 27 de outubro de 1860, ano III, n.º. 249 p. 1. Ver também ALAGOAS. GOVERNO DA PROVÍNCIA. Despachos do dia 29 de outubro de 1860. *Diário das Alagoas*, Maceió, 03 novembro de 1860, ano III, n.º. 254, p. 2.

O professor de primeiras letras era também o vice-diretor do colégio, Padre Getulio Augusto Vespasiano da Costa. Ele prestou seus serviços ao Colégio por quatro anos, em seguida, foi suspenso do cargo por portaria da presidência em 1857¹³ uma das justificativas apresentadas foi que mesmo lhe

[...] sobrando habilitações intelectuais e morais para desempenhar as funções de seu cargo não tem infelizmente podido ser tão assíduo no empenho de seus deveres, como era para desejar, e que sem duvida tem concorrido para o adiantamento intellectual dos alumnos não seja completamente lisonjeiro. (RELATÓRIO, 1857, p. 13).

As faltas do Vice-diretor ao trabalho eram constantes. Naquele ano o quadro dos funcionários mostrava que o mestre de música, Antonio Ignacio de Mesquita Neves, teve três faltas, já o Padre Augusto contava com vinte, a maioria sem justificativa. Em 1858 apresentava-se como professor de primeiras letras Leopoldino Antonio da Fonseca¹⁴. Vale lembrar que o referido professor ministrou, mais a frente, aula de Latim no Liceu de Maceió no ano de 1860.

No que se refere à banda de música formada pelos alunos do Colégio ela era frequentemente requisitada para os festejos da cidade. Havia uma preocupação do governo da província em supri-la com os objetos necessários para seu bom desempenho. O governo provincial mantinha interesse especial pela composição da banda de música do Colégio de Educandos Artífices, na segunda metade do ano de 1859, a fim de que os alunos pudessem se apresentar nas comemorações referentes à chegada de D. Pedro II à província alagoana, cuja visita se estendera aos estados da Bahia e Sergipe. Apesar do interesse pela composição da banda, muitas vezes os instrumentos fornecidos para a mesma eram os que já haviam sido usados pela banda da polícia e nem sempre se

¹³ No ano seguinte o padre recebeu um processo e foi substituído por Agostinho da Silva Guimarães Junior, para o cargo de vice-diretor, que permaneceu por pouco tempo. Em seguida quem assumiu o cargo foi Luís José de Mendonça.

¹⁴ *Diário das Alagoas*, Maceió, 16 de março de 1858, ano I, n.º 14, p. 2. O referido professor já havia ministrado aula de Gramática Latina na Vila de Atalaia no ano de 1847. Além de professor, ele era Deputado Provincial de Alagoas na legislatura 1858-59 (BARROS, 2005, p.580). Outras notícias foram localizadas a respeito dele na segunda metade do século XIX. Trata-se de vários despachos sobre solicitação do referido professor sobre os quais não há menção a respeito do assunto. Uma dessas notícias circulou no jornal *Diário das Alagoas*, na cidade de Maceió em 23 de novembro de 1860, ano III, n. 271, p. 1. Em outra nota jornalística também no referido jornal, na data de 06 de setembro de 1860, ano III, n.º 206, [página n/identificada], trata de um despacho do referido mestre, ao qual era atribuído o cargo de professor de Latim do Liceu de Maceió.

encontravam em bom estado de conservação.¹⁵ Apesar deste infortúnio a atividade musical dos educandos era razoavelmente intensa. Uma das datas obrigatórias era anualmente acompanhar o cortejo da procissão no dia 8 de dezembro, dia da padroeira do Império, época em que também havia chegado a Alagoas o Imperador, o qual fez uma visita ao colégio. Em 1860 foi feita uma reforma no prédio, construção de cozinha, pintura, cuidados com a limpeza, além de aquisição de fardamento, edificação e reparos dos instrumentos musicais. Com estas despesas foram gastos novecentos e setenta e oito mil e vinte réis.

Quanto ao aprendizado dos ofícios ofertados na fase final do curso houve demora na sua efetivação, uma vez que em 1857 existiam “[...] montadas com parcimônia duas oficinas, nas quais os educandos mais velhos e adiantados nas primeiras letras aprendem os ofícios de alfaiate e sapateiro [...]” (RELATÓRIO, 1857, P. 13). Além dos ofícios, ministrados na própria Casa, alguns alunos eram enviados para trabalhar em obras públicas. O presidente da província Ângelo Tomás do Amaral em visita ao Colégio reconhecia que

[...] não seria sem utilidade promover fora do collegio o complemento da educação de tres menores pela sua idade, desenvolvimento physico e sufficiente desenvolvimento intellectual acham-se habilitados para dispensar aos cuidados da Casa Commercial Sacavem, Barbosa & Compahia [...] os outros dois mandei entregar ao mestre de alvenaria das obras publicas [...] (RELATÓRIO, 1857, p. 13 e 14).

O presidente lamentava por não haver na capital oficinas públicas de ferreiro, carpinteiro ou qualquer outra que pudesse ser os meninos empregados. Ele considerava que a instalação das oficinas seria “meios de vantagem” tanto para a província quanto para os educandos, no entanto, caso isso não acontecesse a instituição não atingiria seu devido fim e se tornaria “o monopolio de educação dispendiosa de poucos órfãos e muito circunscrita será a sua finalidade” (RELATÓRIO, 1857, p.13). Em 1859 onze alunos frequentavam a oficina de alfaiate que tinha como mestre Arcendino Durão Vianna. Neste mesmo ano a tesouraria provincial apresentava despesas com pagamento ao dito mestre, pela feitura de três fardamentos para 40 alunos do Colégio¹⁶. O alfaiate ensinou seu ofício

¹⁵ O diretor devolveu os instrumentos doados pelo corpo da polícia à tesouraria provincial, pois os instrumentos estavam desgastados e sem condições de uso.

¹⁶ ALAGOAS. GOVERNO DA PROVÍNCIA. Editaes. *Diário das Alagoas*, Maceió, 30 de julho de 1858, ano I, nº. 124, p. 3. Ver também ALAGOAS. GOVERNO DA PROVÍNCIA. Expediente do dia 05 de novembro de 1859. *Diário das Alagoas*, Maceió, 19 de novembro de 1859, ano II, n.º. 265, p. 1. Ver

por dois anos no colégio sem receber devidamente seu ordenado. Esta situação dificultava o trabalho nas oficinas que ficavam sem a presença dos mestres devido ao não pagamento de seus salários. A oficina de sapateiro naquele ano encontrava-se fechada por demissão do mestre. A fim de que os educandos não ficassem sem o aprendizado de um ofício o Diretor os levava a oficina de tanoaria. Apesar dos contratemplos com os mestres das oficinas o Diretor afirmava que “podem ser manufaturadas nas oficinas deste estabelecimento o calçado e fardamento do corpo da polícia, do presente trimestre [...]” (BELARMINO, 1858). Não foi possível saber se realmente foram confeccionados no estabelecimento os referidos itens. Supunha-se que a produção das oficinas sequer fornecia produtos para o consumo interno dos artífices. As oficinas de alfaiate e de sapateiro, as únicas instaladas, foram mantidas até a instituição ser extinta.

QUADRO 2

No quadro abaixo veremos alguns dos funcionários do Colégio de Educandos Artífices de Alagoas entre os anos de 1854 a 1861

NOME	FUNÇÃO	ANO
João Belarmino dos Santos	Diretor	1854 a 1860
Getulio Augusto Vespasiano da Costa ¹⁷	Vice-diretor e professor de 1ª letras	1854 a 1858
Manuel Macario dos Santos	Mestre de sapateiro	1856
Manuel Vicente Pereira do Espirito Santo	Mestre de sapateiro	1857
Antonio Ignacio de Mesquita	Mestre de música	1857

também GOVERNO DA PROVINCIA DE ALAGOAS. Despacho do dia 12 de novembro de 1859. *Diário das Alagoas*, Maceió, 24 de novembro de 1859, ano II, n.º. 269, p.1.

¹⁷ “Padre e Deputado provincial nas legislaturas 1856-57, suplente em 58-59 - e 68-69, nas duas últimas eleito pelo 1º distrito”. (BARROS, p.313)

Neves		
Luis Joaquim da Costa	Mestre de música	1858
Arcendino Durão Vianna	Mestre de alfaiate	1858 a 1859
Accelino de Jesus Leal	Mestre de alfaiate	1860
Pedro Gomes Coelho	Mestre de Sapateiro	1860
Luiz José de Mendonça	Diretor	1860
Ignacio Theodozio	Servente	1860
Francisco Fernandes dos Santos	Diretor	1861

Fonte: Relatórios emitidos pelos Diretores do Colégio de Educandos Artífices de Alagoas entre os anos de 1854 e 1861, localizado no acervo do Arquivo Publico do Estado de Alagoas.

Se o diretor enfrentava dificuldades com as oficinas e na contratação de funcionários, não era diferente com os fornecedores de gêneros alimentícios necessários para os educandos. Estes eram fornecidos ao Colégio de Educandos Artífices pelo negociante Ignacio José Pereira. O fornecedor ficou cerca de três meses sem receber da tesouraria provincial o valor devido. O diretor do estabelecimento temia que os meninos ficassem em “mais miséria” do que já se encontravam. O colégio continuava a receber os alimentos devido à amizade de João Belarmino com o referido comerciante por não se encontrar mais quem quisesse contrato com a tesouraria provincial¹⁸.

Devido à escassez de alimentos alguns itens como carne e peixe foram tirados da refeição dos empregados que trabalhavam no colégio. Antes de pedir licença, em 1859, João Belarmino solicitou ao presidente que acrescentasse para cada africano a quantia de duzentos réis para seu sustento, no entanto, com a saída do referido diretor, seu substituto suspendeu o pedido, segundo Belarmino ao retornar à Casa encontrou “os africanos e os educandos com fome e nus”.

O diretor solicitava ao presidente da província que lhe mandasse dois africanos livres para trabalhar como serventes no colégio de educandos, pois o que lá trabalhava

¹⁸ Relatório do Colégio de Educandos Artífices, 19 de abril de 1860, nº 587.

havia fugido¹⁹. Belarmino cedeu, por nove meses, ao colégio o trabalho de um dos seus escravos e reclamava que “a instalação deste asilo tem sido suprida gratuitamente por mim, “[...] dinheiro publico tenho poupado nos artigos pedagogo e escuritarios, empregados esses que jamais foram nomeados para esta Repartição [...]” (BELARMINO, 1857). Os serviços mais reclamados pelo diretor era os de servente e de um pedagogo.²⁰ Por varias vezes ele queixava-se da necessidade de se contratar mais funcionários, pois os que estavam contratados eram insuficiente para dar conta de todo trabalho daquela instituição.

Identificado como o colégio dos “pobres pequenos artífices”, a instituição mantinha uma intensa notificação da tesouraria provincial sobre despesas com pagamento de feitura de roupas, reparo no prédio, compra de objetos para a banda de música, compra de gêneros alimentícios²¹ e despesas com o aluguel do prédio.

Do que se observa, havia um empenho de verba pessoal dos diretores que esperavam ressarcimento por parte da tesouraria provincial, ainda que tais dívidas passassem de um ano a outro sem serem quitadas. Tal constatação se observa em solicitação de 1859 do vigário Getulio Augusto Vespasiano da Costa, ex-dirigente da instituição, referente às dívidas de 1857, ano em que ele foi suspenso do cargo, mas que coincidiu com o cargo ocupado como deputado provincial.

Cabia ao diretor da instituição à compra de materiais necessários às oficinas e gêneros alimentícios, a procura era sempre pelos mais baratos. A organização do estabelecimento enviava regularmente ao presidente da província um relatório informando a situação na qual se encontrava o colégio. No que concerne ao aproveitamento dos alunos nas oficinas e nas aulas de primeiras letras, era o diretor quem observava a atuação dos mestres das oficinas e fornecia o balancete das despesas dos educandos e enviava ao presidente da província.

Como podemos perceber a administração do Educandos Artífices se deparou com inúmeros problemas decorrentes da falta de matérias, de recursos e de pessoal para o funcionamento do estabelecimento.

¹⁹ Ele foi capturado pelo mestre sapateiro, dentro de uma canoa, e encaminhado ao presidente da província para lhe aplicar “corretivos”. Relatório do Colégio de Educandos Artífices de 1857, nº 192

²⁰ Este profissional serviria para cuidar dos alunos menores que não raramente se machucavam.

²¹ ALAGOAS. GOVERNO DA PROVÍNCIA. Despachos do dia 25 de setembro de 1860. *Diário das Alagoas*, Maceió, 28 de setembro de 1860, ano III, nº. 224, p. 1.

3.3 Tratamento das enfermidades que acometiam os educandos

Desde sua criação que o Colégio de Educandos Artífices sofreu com as dificuldades para cuidar das doenças dos internos que precisavam frequentemente de cuidados médicos, a exemplo o educando Antônio Pedro que sofria com um “[...] abcesso na parte interna da coxa direita e sendo preciso medicar [...]” (BELARMINO, 1854). O menino foi examinado por José Antônio da Cunha que requisitou um farmacêutico para cuidar do caso. João Belarmino lembra que o médico prestara um favor ao colégio.

Em 1855, um surto de bexiga e cólera assolava em Alagoas, o diretor temendo que a doença afetasse os alunos pedia ao presidente da província que tomasse alguma providência “[...] a fim de preservar daquela peste a este colégio”. (BELARMINO, 1855). Os pedidos do diretor, entretanto, não foram ouvidos e a epidemia continuava a vitimar por toda parte da província

A epidemia até então tinha seguido uma marcha regular de S. E. a N. O; encetando seus estragos pela foz do rio e prosseguindo sempre corrente acima, atacando os povoados ribeirinhos sem propagar-se pelos demais pontos vizinhos, consentindo assim que ainda se nutrisse a fraca esperança de que escapariam ao açoute os pontos do centro e do litoral, se a molestia não se desviasse do rumo encetado. Bem depressa porem desfaleceu-se esta debil esperança. (RELATÓRIO, 1856, p. 14).

Com o rumo tomado pela epidemia não demorou chegar ao Colégio de Educandos e fez como vítima o vice-diretor do estabelecimento, Padre Getulio Augusto Vespasiano da Costa que “[...] se achava paciente do cólera [...]” e por esse motivo [...] aquele empregado estava por ora impossibilitado do exercício de suas funções [...] (BELARMINO, 1855). O mesmo aconteceu com o professor de música Antônio Ignacio de Mesquita Neves que sem poder ministrar sua aula foi substituído por Luiz Joaquim da Costa.

À época a proliferação de doenças como bexigas, varíola, cólera, sarampo entre outras, era um grave problema de saúde pública. Para conter essas doenças não impedia que tais moléstias se propagassem. A situação do colégio era sofrível em diferentes aspectos, desta forma não demorava a disseminar doenças entre os alunos e funcionários. Vale expor o relato feito por Sá e Albuquerque em relação às condições da instituição:

[...] A observação diaria me corrobora cada vez mais o pensamento, que sempre tive, de que o estabelecimento alojado no edificio que está não deveria ahi permanecer senão por pouco tempo. De feito a casa em que funciona o collegio está em pessimas condições hygienicas, olhanda em todos os sentidos – terra, mui acanhada, com poucas elevações, situada

em terreno mui baixo e exposta ao vapor salitroso que quasi de continuo se despende no bater das ondas, de nenhum modo pode convir o desenvolvimento phisico das crianças que habitam nella. Neste sentido confeccionou illustrado e prestimoso Dr. José Sesinando Avelino Pinho um importante trabalho que deixei ficar na secretaria de V.Exc. onde alem de conselhos puramente hygienicos, são apontados meios adequados pelos quaes se pode melhorar a educação dos artífices. Entre outras aponta o Dr. O ensino de gynastica, tão preconizado na europa em estabelecimento semelhantes e inculca a gynastica de clios como a mãe conveniente a ser adoptada neste estabelecimento. (RELATÓRIO, 1885, p.6).

Na perspectiva de sanar tais problemas foi composta, pelo presidente Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, uma equipe de 22 médicos, 14 acadêmicos, três cirurgiões e cinco farmacêuticos. Esse pessoal era insuficiente para tamanha intensidade com que a epidemia atingiu a população alagoana. Dentre os médicos estava Thomas do Bomfim Espíndola, mais à frente, professor de Higiene do Liceu de Artes e Ofícios, recebia, em 1860, uma gratificação para cuidar da saúde dos internos.²²

De acordo com o Art.16 do regulamento de 26 de abril de 1854, deveria ser instalada no estabelecimento uma enfermaria para o atendimento dos meninos, a fim de que os educandos fossem medicados sem que houvesse a necessidade de se deslocarem para fora da instituição, no entanto, a referida enfermaria não foi montada. Um dos motivos apresentados era que “por falta de uma casa espaçosa não se tem podido montar neste colégio a enfermaria [...]” (BELARMINO, 1860). Para o diretor a necessidade de se ter uma enfermaria era para que nela fossem convenientemente medicados os educandos que precisassem de cuidados, principalmente os que se achavam “afetados de moléstias contagiosas [...]” (BELARMINO, 1860). Era preciso ter cuidado e vigilância para evitar o contágio entre os alunos porque todos dividiam o mesmo salão e as crianças menores dividiam a mesma cama.

No entanto devido às impossibilidades para instalação da enfermaria os meninos quando ficavam doentes eram levados ao Hospital de Caridade da capital, como foi o caso

²² Conferir os exemplares a seguir: ALAGOAS. GOVERNO DA PROVÍNCIA. Despachos do dia 21 de setembro de 1860. *Diário das Alagoas*, Maceió, 25 de setembro de 1860, ano III, n.º. 221, p. 1. Ver também ALAGOAS. GOVERNO DA PROVÍNCIA. Expediente do dia 21 de setembro de 1860. *Diário das Alagoas*, Maceió, 03 de outubro de 1860, ano III, n.º. 228, p. 1. Ver também ALAGOAS. GOVERNO DA PROVÍNCIA. Expediente do dia 21 de setembro de 1860. *Diário das Alagoas*, Maceió, 03 de outubro de 1860, ano III, n.º. 228, p. 1. Ver também ALAGOAS. GOVERNO DA PROVÍNCIA. Expediente do dia 22 de setembro de 1860. *Diário das Alagoas*, Maceió, 04 de outubro de 1860, ano III, n.º. 229, p. 1. Ver também ALAGOAS. GOVERNO DA PROVÍNCIA. Expediente do dia 24 de setembro de 1860. *Diário das Alagoas*, Maceió, 05 de outubro de 1860, ano III, n.º. 230, p. 1.

do educando Belarmino Gulart da Silva levado ao hospital em estado grave. O menino faleceu no Hospital de Caridade, foi sepultado com a farda do colégio e recebeu homenagens da banda de música que tocou em seu funeral. (RELATÓRIO DE 14 DE JANEIRO DE 1860).

Sem ter na instituição um local onde pudessem ser tratados os meninos nas suas doenças o diretor pedia que fosse mandado ao Colégio algum médico que desse auxílio aos alunos, como no caso do educando Manuel Ferreira Mello que se achava em estado grave e sem ter assistência agravava mais ainda o seu estado. Enfrentar as doenças era algo que fazia parte do cotidiano dos alunos e do Diretor do Colégio. As dificuldades acompanharam os moradores da Casa até o seu encerramento.

3.4 Disciplina e obediência no Colégio de Educandos Artífices

Nomeados de educandos os alunos daquele estabelecimento viviam sob um regime de disciplina severa, de caserna, com obediência as normas e a hierarquia do colégio. De acordo com o artigo 42 do Regulamento do Colégio, o educando que não se “[...] corrigir com a imposição das penas estabelecidas no Regulamento e tiver uma conduta que comprometa a disciplina do Colégio, assim como o que cometer um furto [...]” (MENDONÇA, 1860) deveria ser encaminhado imediatamente ao presidente da província para lhe dar o destino que melhor conviesse. Foi o que aconteceu com o educando Verissimo Francisco da Silva, segundo o Diretor, o menino fugiu do Estabelecimento e foi roubar açúcar. Antes, o menor já havia furtado dinheiro e o antigo diretor, João Belarmino, pediu que se tivesse cuidado com ele.

Para aqueles que infringiam as regras eram empregadas medidas punitivas que iam das advertências mais brandas para as mais severas, como por exemplo, ser colocado na cadeia ou expulso do colégio. O diretor Luiz José de Mendonça²³ escreve ao presidente da província relatando um furto feito por um dos educando e afirma ele:

[...] o fiz metter no xadrez faziam 3 dias que se achava preso quando vindo me visitar um amigo compadeceo-se dele e pedia-me para solta-lo, o que consedi, mas o incorregivel a penas se apanhou solto em um dia no outro cometteo logo outro furto com que foi apanhado e espontaneamente confessou, assim pois bem veja V.ex^a que não se pode

²³ O diretor João Belarmino dos Santos pediu licença para cuidar de sua saúde. Em virtude do 3º artigo do regulamento e assumiu seu lugar o vice-diretor Luiz José de Mendonça.

conseguir a quem não importa os castigos estabelecidos nesta caza V.ex^a determine o que melhor entender. (MENDONÇA, 1860).

A disciplina aplicada aos meninos estava dentro dos moldes militares aplicados nas escolas de aprendizes menores da marinha e do exército, o que parecia ser uma característica presente em quase todas as instituições deste tipo. Mesmo assim a procura de pessoas pobres por vagas neste estabelecimento era bastante expressiva chegando ao caso de mães que queriam deixar todos os filhos, que estivessem com idade para ser admitidos no colégio. Isso ocorria principalmente como forma de garantir meios de subsistência para seus filhos, tendo em vista o abandono do marido ou a viuvez dessas mulheres. Desta forma, o aprendizado dos ofícios mecânicos aparecia então como possibilidade concreta de ocupação e de sustento material (FONSECA, 2009, p.113). Além da busca pelo sustento, muitas crianças procuravam o estabelecimento para fugir dos maus tratos sofridos por parentes ou por aqueles que mantinham sua guarda.

Uma das estratégias para manter o disciplinamento no Colégio era colocar os internos mais antigos para vigiar os colegas. Quando o diretor precisava se ausentar do recinto deixava um monitor que fazia o relato de tudo que aconteceu no Colégio em sua ausência. Foi o que aconteceu quando um dos educandos, na ausência do diretor, acendeu um charuto para um conhecido que passava na porta da instituição e foi repreendido por um português que morava ao lado. O diretor escrevia ao presidente da província que “[...] só vim saber no outro dia pela manhã do ocorrido e isto, não porque se me queixasse o mencionado português, mas sim o monitor feijo [...]” (MENDONÇA, 1860). Todos os educandos foram indagados sobre o fato acontecido, mas nenhum falou a respeito do que ocorreu. Devido a isto o diretor aplicou “correções” em todos os alunos. Para manter o controle sobre os meninos era preciso mantê-los afastados do contato com outras pessoas estanhas ao Colégio. Em um documento ao presidente da província João Belarmino relata:

Tendo a experiencia mostrado que só murando ou cercando o quintal da caza da diretoria dos educandos artífices podem estes ficar acobertos de curiosas vistas que transitão a orla do mar que beija o mensionado quintal, tenho a honra de rogar a V.Ex^a as precisas ordens para ser levada a effeito a semelhante obra tão necessaria [...] (1854).

De acordo com Fraga Filho (1996), Castro (2007) e Rizzini (2004) os meninos enviados para a companhia de aprendizes marinheiro eram os alunos indesejáveis da casa pia, e de outros estabelecimentos de educandos artífices como castigo pelo mau comportamento.

QUADRO 3

Reprodução de quadro sobre o número de crianças da instituição de Alagoas que seguiriam para a Companhia de Aprendizes Marinheiro da Bahia em 1859.

Número	Nomes	Idade	São naturais	Em que estado	observações
1	Antonio Eugenio dos Pobres	12 anos	Jaraguá	Órfão desvalido	Acha-se no educandos Artífices
2	Macario Antonio dos Santos	12 anos	Jaraguá	Órfão desvalido	Acha-se no educandos Artífices
3	Honorio José Anselino	11 anos	Jacuipe		
4	Pedro José da Silva	13 anos	Vale de Camaragibe	Órfão desvalido	Acha-se no educandos Artífices
5	Antonio Dias de Sena Barreto	12 anos	Cidade das Alagoas (atual Marechal Deodoro)	Órfão desvalido	Acha-se no educandos Artífices
6	Manoel José da Cruz	11 anos	Cidade das Alagoas	Órfão desvalido	Acha-se no educandos Artífices
7	Benedito Manoel da Silva	12 anos	Cidade das Alagoas	Órfão desvalido	Acha-se no educandos Artífices
8	Antonio de Moraes Bello	12 anos	Cidade de Maceió	Órfão desvalido	Acha-se no educandos Artífices
9	José Ferreira Guimarães	11 anos	Cidade de Maceió	Órfão desvalido	Acha-se no educandos Artífices
10	João Ferreira Guimarães	10 anos	Vila de Atalaia	Órfão desvalido	Acha-se no educandos Artífices
11	José Atalaia	10 anos	Vila de Atalaia	Órfão desvalido	Acha-se no hospital
12	Luiz José Pinto	14 anos	Vila de Atalaia	Órfão desvalido	Acha-se no educandos Artífices
13	João Antonio dos Santos	13 anos	Vila de Atalaia	Órfão desvalido	Acha-se no educandos Artífices

Fonte: Relatórios emitidos pelos Diretores do Colégio de Educandos Artífices de Alagoas no ano de 1859, localizado no acervo do Arquivo Publico do Estado de Alagoas.

O órfão Laurindo enviado para a Companhia de Aprendizes Marinheiros, segundo o Diretor, apresentava todas as características de “alienação mental”.

Se a aprendizagem nas corporações de ofício constituía o espaço de aprendizagem dos jovens artífices no início do Brasil-Colônia, no séc. XIX, no Império a instrução oferecida pelas províncias nas Casas de Educandos Artífices seria um registro exemplar das práticas dirigidas a figura do jovem que visava controlar, refrear as paixões e os “vícios” da juventude. Tal traço se acentuava quando se destinava ao jovem pobre, dado o tratamento brutal para ele destinado. Mas, regra geral, a juventude ou a mocidade do período imperial era motivo de desconfiança daqueles zelosos pelas leis e os bons costumes da época, por representar a idade do perigo. Havia uma literatura que buscava sustentar tais argumentos, como a obra *Psysiologia das paixões e afecções*, do alagoano Alexandre José de Mello Moraes, de 1854 (SILVA, 2009).

Os alunos que continuavam na Casa tinham, na maioria, o destino selado nas casas comerciais. Era significativo o número de educandos com idade entre onze e quatorze anos enviados para trabalhar como caixeiro nos estabelecimentos da província alagoana. Alguns deles como Antonio Rodrigues de Figueiredo foram mandados para trabalhar em outras províncias.²⁴ O pedido para sair do colégio podia ser feito pelo próprio educando e o diretor comunicava ao presidente da província. Os motivos apresentados pelo diretor para o aluno sair do estabelecimento e ser entregue aos comerciantes era de que:

“[...] A caza dos ditos negociantes, é rica bem acreditada, e muito bom tratamento costuma dar aos empregados que tem, por isso parece-me convinavel que se lhes conceda como pedem para caixeiro, o educando Lucio Pereira da Purificação que já tendo algumas noções de leitura, caminha rapidamente para a virilidade. (BELARMINO, 1857).

Ao receber um educando o comerciante assinava um contrato no qual contava suas obrigações com os menores, como vestir, calçar, dar moradia, médico, remédios e tudo o que fosse indispensável até que este pudesse receber salário.²⁵ Tudo isso sem ônus para a instituição.

É possível que mestres de ofícios, comerciantes e demais empregados tenham preferido buscar aprendizes no asilo, onde os meninos viviam desde os sete anos de idade sob rígido regime disciplinar e claustral.

²⁴ O educando Antonio Rodrigues Figueiredo, de 14 anos, foi enviado para a Corte em junho de 1858.

²⁵ Relatório do Colégio de Educandos Artífices, 6 de março de 1857, nº 198

Buscando mão-de-obra barata e capaz de se sujeitar aos rigores disciplinares dos ambientes de trabalho (RIZZINI, 2004. p. 165).

Por vezes ocorria uma “permuta” entre os comerciantes e Casa de Educandos. Os primeiros forneciam materiais, gêneros alimentícios até mesmo escravos para os serviços da Casa e em troca recebiam um menino para trabalhar em seus negócios. Assim ocorrera com Antonio da Costa Moraes, de 13 anos, que foi pedido como caixeiro pelo comerciante Ignacio José Pereira, fornecedor dos gêneros alimentícios para o Colégio, o escravo Joaquim, do negociante João de Almeida, prestava seus serviços a instituição, os donos da casa comercial *Sacavem, Barbosa & Companhia* eram os proprietários do prédio onde se instalara o Colégio dos Educandos. Estes dados mostram uma instituição intimamente ligada com o mercado local atendendo as demandas dos negociantes que de um jeito ou de outro “apoiavam” a Casa cujo papel era fornecer mão-de-obra gratuita.

Após sete anos desde sua inauguração o Colégio não conseguiu atingir seus objetivos, causando aos cofres provinciais mais gastos do que receita. Desde o ano de sua criação a instituição parecia fadado ao abandono e conseqüentemente à extinção. Não teve, de fato, as oficinas anunciadas na fundação, destinadas a profissionalização. Vejamos a fala do presidente Ângelo Thomaz do Amaral a respeito da reforma e das oficinas do Colégio

Este estabelecimento precisa de reformas radicais sem o que não poderá jamais preecher os fins de sua instituição. [...] O ensino nas officinas mecanicas é alli dado com muito pouco proveito. Visto como falta dos mestres e estímulo da paga ou ordenado, e aos educandos os materiais e instrumentos do trabalho apesar da vigilancia e esforços do seu digno diretor. [...] A conversão deste estabelecimento em collegio de educandos agricola [...] não me parece desaproveitavel [...]. (RELATÓRIO, 1859, p. 6).

As reformas pelas quais o prédio precisava passar apenas eram lembradas pelos presidentes provinciais quando a discussão incluísse a proposta de transformar o Colégio em uma instituição agrícola. Embora houvesse reiteradas apresentação a esta defesa, isso não ocorreu. Portanto, pode-se dizer que o governo queria “livrar-se” do problema da miséria e da delinquência a qualquer custo, sem que, para isso, comprometesse o orçamento público, já que custos sem retorno era o maior empecilho da instituição para manter-se em funcionamento²⁶.

²⁶ GERMANO & SANTOS, 2008, P.97

O ensino de ofícios não teve frutos no Colégio de Educandos Artífices por se instituir apenas em uma prática de confinamento das crianças indesejadas. Apesar da instalação das oficinas de alfaiataria e sapataria, as quais poderiam simbolizar a efetivação do ensino pragmático, o que lá era produzido não chegava a atender o consumo interno dos alunos. Havia gastos da tesouraria provincial com o pagamento de alfaiates na feitura de roupas e fardamento para as crianças.

Os constantes pedidos de licença dos dirigentes, diretor ou vice, eram interpretados como desinteresse e descuido pela instituição²⁷. O caso mais grave relacionava-se ao diretor Coronel João Belarmino dos Santos pelos constantes pedidos de licença para tratamento de saúde. O referido diretor seria, mais à frente, alvo de processo judicial e preso, caso não esclarecido na imprensa. Faleceu em 21 de abril de 1861, com pouco mais de 40 anos, na Bahia, sua terra natal, no mesmo ano de extinção da instituição. O *Diário das Alagoas* de 21 de maio de 1861 considera que, por ele ter se vinculado ao Partido Conservador, à época de sua morte, não recebeu honrarias militares, em razão de o governo provincial pertencer ao Partido Liberal.²⁸ Em uma nota sobre a morte de Belarmino o mesmo jornal revela que ao sair da capital alagoana

[...] Ia se não cheio de vida e animação, ao menos na posse da saúde a longo tempo sustentada com os preceitos hygienicos que havia adoptado, seu rosto porem revelava os desgostos que o torturavam, o que seria? Nunca se soube. [...] Se nos for permitido introduzir a politica neste artigo inteiramente funebre diriamos, que a phalange conservadora desta provincia perdeu neste digno bahiano um de seus membros dedicado e veloso na defensão de seus principios [...] (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 1861).

Os desgastes e desinteresse dos presidentes da província em manter a instituição, para a qual dedicava tanto zelo, levavam a seu definhamento. Aos poucos os alunos maiores foram dispensados, orientados para se abrigarem na casa de parentes ou de

²⁷ Conferir os exemplares a seguir: ALAGOAS. GOVERNO DA PROVÍNCIA. Despachos do dia 21 de setembro de 1860. *Diário das Alagoas*, Maceió, 25 de setembro de 1860, ano III, n.º. 221, p. 1. Ver também ALAGOAS. GOVERNO DA PROVÍNCIA. Expediente do dia 21 de setembro de 1860. *Diário das Alagoas*, Maceió, 03 de outubro de 1860, ano III, n.º. 228, p. 1. Ver também ALAGOAS. GOVERNO DA PROVÍNCIA. Expediente do dia 21 de setembro de 1860. *Diário das Alagoas*, Maceió, 03 de outubro de 1860, ano III, n.º. 228, p. 1. Ver também ALAGOAS. GOVERNO DA PROVÍNCIA. Expediente do dia 22 de setembro de 1860. *Diário das Alagoas*, Maceió, 04 de outubro de 1860, ano III, n.º. 229, p. 1. Ver também ALAGOAS. GOVERNO DA PROVÍNCIA. Expediente do dia 24 de setembro de 1860. *Diário das Alagoas*, Maceió, 05 de outubro de 1860, ano III, n.º. 230, p. 1.

²⁸ Cf *Diário das Alagoas* de 21 de maio de 1861.

alguma família que os acolhesse. Por fim, foi extinta pela lei n. 371, de 5 de julho no ano de 1861. Assim como foram criados em bloco em nível nacional, dos anos de 1840 até 1860, os Colégios de Educandos Artífices também progressivamente foram extintos no Brasil-Império.

É possível que a formação dos professores e toda a tradição de ensino de cunho humanístico de pouco valor atribuído ao saber utilitário, bem como a ausência de maquinário para implementar as oficinas e pessoal capaz de manusear, constituíam em terreno fértil para abortar as experiências de ensino de ofícios no século XIX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do nosso trabalho buscamos compreender e analisar a experiência de uma instituição criada pelo Estado Imperial brasileiro para acolher crianças desvalidas, mas ao mesmo tempo revelando-se o profundo descuido dos cofres públicos em mantê-la, regra geral, subsidiada precariamente pela ação de particulares, em especial, os administradores da instituição. Estes empenhavam seus recursos com alimentos e vestimentas por ficarem sensibilizados com a situação degradante da infância ali acolhida e/ou recolhida. Em outras palavras, as instituições do Império brasileiro, a exemplo da amostra desta estudada aqui, pareciam viver numa situação sofrível não tão diferente dos que viviam à espera da caridade alheia.

Foram três anos de trabalho intenso nos arquivos locais para reconstruir a referida instituição, a partir de pequenos fragmentos mapeados, sobretudo, na imprensa periódica local, nos relatórios dos administradores da instituição e do presidente da província de Alagoas entre os anos de 1854-1861. Embora o número de fontes acerca da instituição não seja volumoso, dada a lentidão em localizá-la e a pouca organização dos acervos locais, o trabalho ora apresentado deixa-nos profundamente recompensada por poder dar vida a pequenos vestígios esquecidos pelo tempo, aparentemente sem valor algum, mas que associados à literatura constituída, sobretudo, a estudos acerca da referida instituição, produzidos em outras províncias, passa a ter um valor incalculável. Assim deixa um marca profunda em minha formação que possivelmente levará a outros alunos iniciantes da pesquisa científica poder desenvolver estudos dessa natureza e recontar a história da educação alagoana. Revela mais que isso: a riqueza de elementos ainda desconhecidos que se escondem atrás daqueles velhos e mal cuidados papéis guardados nos acervos de Maceió.

A literatura sobre a temática nos revela a educação pensada para a criança desvalida. Esta era oferecida, na maioria das vezes, em internatos mantidos por instituições governamentais. Com a pesquisa reiteramos este aspecto e foi possível observar que tais instituições foram mecanismos importantes na manutenção da ordem social, oferecendo uma formação elementar e profissional para a camada pobre da população, na perspectiva de se criar uma nova concepção para o trabalho, pautado na utilidade e no progresso material da nação. Era com aquele propósito que se inseria o Colégio de Educandos Artífices criado em Alagoas no ano de 1854.

Como vimos, a formação de menores artífices já vinha sendo feita pelas escolas de aprendizes da marinha e do arsenal de guerra que serviram como modelo pedagógico e disciplinar para os demais colégios de educandos artífices criados no Império. Os métodos punitivos destas instituições revelam o caráter disciplinador com qual o Estado buscava obter, por meio da infância desvalida, sujeitos a serviço de um modelo de nação definido pela elite intelectual do país. O descuido com o funcionamento das Casas de Educandos criadas no Império apresentava profundas semelhanças, com aquelas instituições mencionadas, desde a falta de materiais, de funcionários, de estrutura e dificuldades financeiras. Poucas eram as diferenças como o número de alunos abrigados nas oficinas montadas e com os resultados obtidos, de pouco efeito, como no caso da instituição do Maranhão, conforme Castro (2007). Em Alagoas as produções nas duas oficinas instaladas não chegavam a suprir as necessidades internas do Colégio.

As dificuldades enfrentadas pelos diretores do Colégio de Alagoas foram de várias ordens, como falta de funcionários, de investimentos para reformas, de gêneros alimentícios, de vestimentas, de baixos salários, ou ausência deles e prédio inadequado para o funcionamento do Colégio. Somados a tudo isso os educandos com idade entre sete e 14 anos sofriam profundos maus tratos com relação à disciplina severa a qual eram submetidos, cuja origem era de vertente militar. Neste sentido, a escassez de alimentação, as péssimas condições de vida e a pesada disciplina com castigos físicos deixavam essas crianças profundamente vulneráveis as doenças e epidemias, as quais já eram comuns a população mais pobre. Sobre esta parte vale acrescentar que, embora determinasse o regulamento da instituição, não havia sido instalada uma enfermaria que pudesse abrigar as crianças doentes. Por tratar-se, em geral, de epidemias, a situação se agravava porque as crianças acabavam dividindo o mesmo espaço com as demais sadias, e facilitava a propagação das enfermidades.

Os propósitos iniciais da instituição eram reiteradamente contestados pelos administradores da província cuja ideia era transformar a instituição em escola agrícola, por se considerar que assim fosse capaz de formar alunos que pudessem produzir sua própria subsistência. Nas fontes consultadas não constatamos a conversão do Colégio em uma escola agrícola.

Por fim, lembrar que este trabalho se constitui em um dos primeiros a pesquisar sobre a educação profissional em Alagoas tomando por base o Colégio de Educandos Artífices uma instituição da segunda metade do século XIX. Por tratar-se de um trabalho

inicial, consideramos que ela abra espaço para futuras investigações a respeito e sob perspectivas diferenciadas. Assim será possível compreender melhor a respeito da infância desvalida de Alagoas, suas relações com a educação local e poder compará-las a estudos que contemplem outras províncias ou estados da federação. Assim estaremos contribuindo para elaborar uma compreensão mais larga e densa sobre a história da educação brasileira.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Fernando de. *A transmissão da cultura*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. A Formação de Professores para ensino mútuo no Brasil. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; CÂMARA, Maria Helena (Orgs). *A escola elementar no século XIX, método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: Ediupf, 1999, p. 240-269.
- CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: UNESP, 1999.
- CASTANHA, André Paulo. *Pedagogia da Moralidade: o estado e a organização da instrução pública na província do Mato Grosso, 1834-1873*. Cuiabá: Instituto de Educação/ UFMT, 1999. (Dissertação de Mestrado)
- CASTRO, César Augusto. *Infância e trabalho no Maranhão Provincial: uma história da casa dos Educandos Artífices (1841-1889)*. São Luís: EDFUNC, 2007.
- CAVALCANTE, Juraci Maia. *O jornal como fonte privilegiada de pesquisa histórica no campo educacional*. In: II Congresso brasileiro de História da Educação: História e memória da educação brasileira, Natal, 2002.
- COSTA, Craveiro. *Instrução Pública e Instituições Culturais de Alagoas*. Maceió: Imprensa Oficial, 1931.
- CUNHA, Luís Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata*. 2. ed. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes: Civilidade, ordem e sociabilidade na América portuguesa*. Belo Horizonte : Autêntica, 2009.
- FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e Vadios: Na Bahia do século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: EDUFBA, 1996.
- FRANCO, Luiz Antônio Carvalho. *O ensino de ofícios manufactureiros dirigidos aos menores abandonados: Brasil 1870 – 1930*. São Paulo, 1988. (Dissertação de mestrado em filosofia da educação) – PUC-SP.
- GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. *Fontes Complementares na Historiografia*. In: CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt S.; LOMBARDI, José Cludinei; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. *A Pesquisa e a Preservação de Arquivos e Fontes*. Campinas, SP: Editora Alínia, 2009. (p.18)

GERMANO, R. S.; SANTOS, M. L. *O Ensino de Ofícios em duas Instituições do século XIX em Alagoas*. In: VERÇOSA, E. G.(org.) *Intelectuais e Processos Formativos em Alagoas (séculos XIX – XX)* Maceió: EDUFAL, 2008, p. 89-106.

GONDRA, José G. *Medicina, higiene e educação escolar*. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. *500 anos de educação no Brasil*. 2. ed.. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GONDRA, José G.; SCHUELER, A. *Educação poder e sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo, Editora Cortez, 2008.

JINZENJI, Mônica Yumi. *A escolarização da criança pobre nos discursos educacionais em Minas Gerais (1825-1846)*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. (Dissertação de Mestrado)

LIMA, Guaraciane Mendonça de. *O colégio de Educandos Arífices – 1865-1874: A infância desvalida da Parahyba do norte*. João Pessoa: UFPA, 2008. (Dissertação de Mestrado)

MARCÍLIO, Maria Luiza de. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

MELLO MORAES, Alexandre José de. *Psysiologia das paixões e afecções*. Rio de Janeiro: Dous de Dezembro, 1854.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias: subsídios para a História da educação no Brasil: 1834-1889*. São Paulo: Ed. Nacional, 1939.

NÓVOA, António. *A imprensa na educação e ensino: concepções e organização do repertório português*. In: CATANI, B. Denice; BASTOS, Maria Helena Câmara. (orgs). *Educação em Revista – a imprensa periódica e História da Educação*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002, p.11-31.

OLIVEIRA. A. R. e GHIGGI. G. *Locke e o conceito de disciplina ou pressupostos da educação burguesa*. Cadernos de Educação Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Educação, ano 4, n. 4, jan./jun. Pelotas: FaE/EFPel, 1995, p.19-48.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Tese (Doutorado em História Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da Educação*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCHUELER, Alexandra F. Martinez de. *Crianças e escola da passagem do Império para a república*. In. Revista Brasileira de História. São Paulo, SP: Associação Brasileira de História (ANPUH) humanitas publicações, v. 19, n.37, 1999. p. 59-84.

SILVA, Janaíla dos Santos. *A concepção de mocidade no ensino secundário alagoano do século XIX: reflexões sobre os conhecimentos psi no campo educacional*. Maceió: PPGE/UFAL, 2009. (Dissertação de Mestrado).

TOLEDO, C. A. A., GIMENES, J. C. *Educação e Pesquisa*. In: CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt S.; LOMBARDI, José Cludinei; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. *A Pesquisa e a Preservação de Arquivos e Fontes*. Campinas, SP: Editora Alínia, 2009. (p. 123)

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. KHORY, Yara Maria Aun. *A pesquisa em história*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1991

FONTES ELETRONICAS

Provincial Presidential Reports. <www.crl.edu/content/brazil/ALA.htm>. Acesso em: 12 de abril de 2010.

www.uel.br/grupo.../processoscivilizadores/.../Cynthia_Greive_Veiga.pdf. Acesso em: 9 de julho de 2010

FONTES DOCUMENTAIS

Cx. M = 10 E = 04. Ano 1854. Relatório expedido pelo Diretor do Colégio de Educandos Artífices de Alagoas, Sr. João Belarmino dos Santos destinado ao Presidente da Província de Alagoas. Exmo. Sr. José Antonio Saraiva

Cx. M = 10 E = 04. Ano 1855. Relatório expedido pelo Diretor do Colégio de Educandos Artífices de Alagoas, Sr. João Belarmino dos Santos destinado ao Presidente da Província de Alagoas. Exmo. Sr. Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque

Cx. M = 10 E = 04. Ano 1856. Relatório expedido pelo Diretor do Colégio de Educandos Artífices de Alagoas, Sr. João Belarmino dos Santos destinado ao Presidente da Província de Alagoas. Exmo. Sr. Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque

Cx. M = 10 E = 04. Ano 1857. Relatório expedido pelo Diretor do Colégio de Educandos Artífices de Alagoas, Sr. João Belarmino dos Santos destinado ao Presidente da Província de Alagoas. Exmo. Sr. Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque.

Cx. M = 10 E = 04. Ano 1858. Relatório expedido pelo Diretor do Colégio de Educandos Artífices de Alagoas, Sr. João Belarmino dos Santos destinado ao Presidente da Província de Alagoas. Exmo. Sr. Angelo Thomaz do Amaral.

Cx. M = 10 E = 04. Ano 1859. Relatório expedido pelo Diretor do Colégio de Educandos Artífices de Alagoas, Sr. João Belarmino dos Santos destinado ao Presidente da Província de Alagoas. Exmo. Sr. Agostinho Luiz da Gama.

Cx. M = 10 E = 04. Ano 1860. Relatório expedido pelo Diretor do Colégio de Educandos Artífices de Alagoas, Sr. Luiz José de Mendonça destinado ao Presidente da Província de Alagoas. Exmo. Sr. Pedro Leão Velloso.

Cx. M = 10 E = 04. Ano 1861. Relatório expedido pelo Diretor do Colégio de Educandos Artífices de Alagoas, Sr. Francisco Fernandes dos Santos destinado ao Presidente da Província de Alagoas. Exmo. Sr. Antonio Alves de Souza Carvalho

FONTES IMPRESSAS

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 03 de março de 1858, ano I, p. 2.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 16 de março de 1858, ano I, nº. 14, p. 2.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 02 de julho de 1858, ano I, nº. 100, p. 1.

- DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 30 de julho de 1858, ano I, n°. 124, p. 3
- DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 28 de novembro de 1859, ano II, n°. 272, p. 1.
- DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 19 de dezembro de 1859, ano II, n°. 289, p. 2.
- DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 19 de novembro de 1859, ano II, n°. 265, p. 1.
- DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 24 de novembro de 1859, ano II, n°. 269, p.1.
- DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 20 de dezembro de 1859, ano II, n°. 290, p. 1.
- DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 25 de setembro de 1860, ano III, n°. 221, p. 1.
- DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 03 de outubro de 1860, ano III, n°. 228, p. 1.
- DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 04 de outubro de 1860, ano III, n°. 229, p. 1.
- DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 05 de outubro de 1860, ano III, n°. 230, p. 1.
- DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 28 de setembro de 1860, ano III, n°. 224, p. 1.
- DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 27 de outubro de 1860, ano III, n°. 249 p. 1.
- DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 03 de novembro de 1860, ano III, n°. 254, p. 2.
- DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 21 de maio de 1861, ano III. s/n. s/p.
- DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 15 de Março de 1886, ano, XXIX, n°. 60, p. 2.